



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA REGIONAL  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA REGIONAL DOS AÇORES Nº 3/89

A Assembleia Regional dos Açores resolve, nos termos da alínea 1) do artigo 229º e do artigo 234º da Constituição da República e da alínea 1) do número 1 do artigo 32º e do número 3 do artigo 34º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, aprovar o Plano Regional a Médio Prazo para 1989-1992, que se anexa.

Aprovada pela Assembleia Regional dos Açores, na Horta,  
em 18 de Março de 1989.

O Presidente da Assembleia  
Regional dos Açores,

---

José Guilherme Reis Leite

*Jose Guadalupe Pires*

## INTRODUÇÃO

O Plano de Médio Prazo, em articulação com o programa do Governo, é um instrumento imprescindível de gestão e de orientação para os sectores público e privado por enunciar de forma explícita os objectivos e a estratégia de desenvolvimento, no respeitante ao investimento público, bem como os meios disponíveis para a sua concretização.

O quadriénio que agora se inicia tem, porém, uma importância especial e acrescida, tanto no que respeita à natureza e alcance dos objectivos e fins a atingir, como à dimensão e origem dos meios financeiros utilizáveis, não sendo alheias nem a uns nem a outras modificações profundas e orientações novas de natureza supra-regional e supra-nacional decorrentes da evolução da realidade comunitária em que estamos inseridos.

A adopção do Acto Único Europeu e a definição, como objectivos, do Mercado Interno e da Coesão Económica e Social implicam para os Estados-membros e para as Regiões, em especial para as menos desenvolvidas, a necessidade imperiosa de um grande esforço de adaptação, de ajustamento e de modernização que não pode ser subestimado, tanto em razão da sua diversidade e amplitude, como do tempo de que se dispõe para a sua efectiva concretização. De tudo isto é reflexo o conteúdo do capítulo III do presente documento, em que se explicitam os objectivos e estratégias do desenvolvimento que, há que reconhecê-lo, são ambiciosos.

Mas se as metas a atingir envolvem o reconhecimento e boa compreensão do muito que há a fazer, também é razoável e justificada a expectativa de que os meios financeiros disponíveis para as alcançar serão apreciavelmente acrescidos, seja ao abrigo da solidariedade nacional, seja por via de financiamento pelos fundos estruturais ou eventualmente recorrendo a instrumentos financeiros comunitários.

*Jose Guilherme Pereira*

Este ponto para a Região Autónoma dos Açores é fundamental pois, sem a Solidariedade Nacional e as Ajudas Comunitárias, parte considerável dos nossos objectivos fica comprometida. Este facto, que é importante, na medida em que atenuará a habitual e inevitável escassez dos meios face à multiplicidade dos fins, suscita uma outra questão, que é a da criteriosa selecção e escolha de iniciativas e, ulteriormente, da capacidade de execução material dos projectos de investimento inscritos no Plano.

No que respeita ao enquadramento externo previsível para o quadriénio, o seu esboço não é facil. Constata-se, por um lado, a progressiva inter-dependência e a necessidade de harmonização dos grandes blocos económicos e sociais, mas, por outro lado, subsistem algumas práticas de protecção económico.

Embora não sejam de excluir tensões e bloqueios nas relações económicas internacionais, o clima de desanuiamento a que se assiste internacionalmente deverá facilitar o desenvolvimento dos diversos tipos de relações económicas nos tempos mais próximos, introduzindo-se, assim, uma tendência positiva na evolução das relações internacionais.

Uma característica marcante dos nossos dias, sobretudo nas economias europeias, são as privatizações, como contributo para a resolução de problemas orçamentais, conduzindo simultaneamente a uma maior intervenção e mobilização de recursos do sector privado no funcionamento da economia.

No plano nacional, a perspectiva geral é favorável, sem embargo da provável ocorrência de acertos pontuais, próprios de um processo de ajustamento rápido e de modernização da economia e da sociedade portuguesas. Prevêem-se, com efeito, o crescimento acentuado do investimento produtivo, a manutenção de boas taxas de crescimento do produto interno, a atenuação do ritmo do crescimento dos preços e o não agravamento do desemprego e das tensões sociais, o que tudo terá reflexos positivos no comportamento da procura dos produtos regionais no mercado continental.

Por outro lado, este cenário de ritmo de crescimento implica, em termos Regionais, um esforço redobrado de Desenvolvimento se não quizermos ver acentuados os desníveis económicos e sociais que nos separam das médias nacionais e comunitárias.

*Jose Guilherme Pereira*

Como exposto em capítulo próprio, constituem principais objectivos sectoriais deste Plano de Médio Prazo a modernização da Agricultura, o desenvolvimento das Pescas, a exploração das potencialidades do Turismo e a continuação do apoio aos estratos populacionais mais carenciados, nomeadamente na área da Habitação. As infra-estruturas ligadas aos Transportes continuam a ter um peso importante, em resultado do facto de a situação no início do processo autonómico ser marcadamente de atraso e da condição insular da Região.

Este quadriénio deverá representar um momento alto da participação activa dos parceiros sociais no Desenvolvimento Económico e Social, competindo aos trabalhadores e empresários o papel fundamental de agentes da modernização do tecido económico da Região Autónoma dos Açores.

*Jose Guilherme Pereira*

## I. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL

### 1-Potencialidades e Estrangulamentos

As linhas de política de desenvolvimento de uma pequena economia insular perspectivam-se num quadro estreito de opções, para mais tratando-se de um arquipélago geograficamente isolado. Tanto no contexto nacional como, e sobretudo, no comunitário, os Açores constituem um caso extremo de perifericidade, marcado por situações de desigualdade e de desvantagem que dificultam e condicionam o seu desenvolvimento económico e social e a sua plena inserção nos padrões, nas regras e na dinâmica comunitárias.

Quando considerada no contexto europeu a população dos Açores é jovem e o seu ritmo de crescimento é moderado. Subsiste analfabetismo nos estratos etários intermédios e avançados e o acesso ao ensino superior é muito baixo. O ensino técnico-profissional tem pequena implantação e os meios de formação profissional são limitados. O nível tecnológico da produção não tem posto em evidência estas necessidades e carências, mas o problema surge ao pretender-se caminhar em direcção a formas mais sofisticadas de produção.

A realidade física das ilhas, com as superfícies distribuídas em declive, conjugada com factores climáticos, condicionam especialmente as áreas exploráveis e habitáveis, para além das dificuldades de introdução de meios

*Jose Guilherme Reis Reis*

mecânicos nas actividades agrícolas e dos elevados custos das vias de penetração e de acesso.

A natureza vulcânica proporciona a disponibilidade de recursos geotérmicos de alta entalpia, com possível aproveitamento na produção de energia, e uma paisagem própria e diferenciada.

A localização geográfica da Região, marcada pela distância face aos continentes, provoca uma dificuldade acrescida nas relações comerciais com o exterior, tão importantes face à dimensão do mercado interno. As exportações, para serem competitivas no exterior em relação a produtos similares, terão que conter não só elementos de uma diferenciação pelos custos, de forma a compensar a componente do transporte, mas também uma diferenciação pela qualidade para permitir segurança no processo de escoamento e cobrir diferenciais de preços. No sentido inverso, o abastecimento tem um custo acrescido em relação ao preço formado nos mercados externos. O mercado interno não tem um carácter de unidade, mas resulta da adição de nove pequenos mercados, que no seu conjunto não abrem um leque variado de possibilidades para a diversificação do tecido económico e da malha produtiva.

A mobilidade intra-regional dos factores produtivos e das mercadorias é dificultada pela presença do mar, a separar o território, criando uma dependência total em relação aos transportes marítimos e aéreos.

A dispersão geográfica do arquipélago obriga à existência de uma multiplicidade de infra-estruturas ligadas à acessibilidade (portos e aeroportos) e, em geral, de equipamentos sociais básicos, cujo grau de utilização, não é, em regra, elevado.

As características edafo-climáticas conferem à Região uma aptidão natural para a actividade agrícola e a exploração pecuária. Há porém excesso de activos agrícolas, com muito baixo nível de formação e idade avançada, a estrutura fundiária é caracterizada pelo minifúndio e o dinamismo da organização institucional da produção é baixo. Trata-se de actividade a racionalizar e modernizar em paralelo com o desenvolvimento de actividades económicas alternativas. O aproveitamento das vantagens comparativas é prioritário, tendo-se, contudo, em consideração que as vantagens comparativas constituem uma realidade dinâmica, e não estática.

*Jose Guilherme Pereira*

A realidade insular e a sua dispersão proporcionam à Região uma extensão potenciada na definição da Zona Económica Exclusiva. No entanto, tanto a frota como os equipamentos de apoio são insuficientes, sendo ainda incipiente a investigação de recursos marinhos. Haverá que explorar racionalmente esses recursos, tendo sempre presente a perspectiva da formação profissional e da comercialização.

O turismo é uma actividade alternativa com elevado potencial de expansão, a partir de recursos endógenos de ordem ecológico-paisagísticos, históricos, culturais e desportivos associados ao mar, que permitirá diversificar a actividade económica e absorver mão-de-obra. O Turismo constitui para o Governo uma opção de fundo e, neste sentido, serão criadas condições para que tenha um desenvolvimento equilibrado, em conjugação com a iniciativa privada.

A Universidade dos Açores constitui uma outra potencialidade da Região, pelo que será dado todo o apoio a esta instituição que, pela sua natureza, tem implicações em toda a vida açoriana, ultrapassando mesmo as nossas fronteiras.

*Jose Guilherme Pereira*

## 2- Situação do Mercado de Trabalho

Depois de um período de acentuada contracção do volume de emprego, estreitamente associada a um intenso fluxo emigratório, regista-se desde 1981 um crescimento forte do emprego, à razão de 2.3% ao ano.

Ao longo de todo o período a taxa de participação feminina aumentou substancialmente, embora este indicador se situe ainda aquém da média nacional.

	Emprego		
	1970	1981	1987
	Unid.: 1 000		
H .....	77.4	64.5	67.9
M .....	9.2	13.3	23.5
HM .....	86.6	77.8	91.4
Pop. 15-64 ...	166.2	143.7	155.0
Tx Part. %			
H .....	97.5	91.6	90.7
M .....	11.3	20.3	34.2
HM .....	53.7	56.0	62.4

A evolução da distribuição sectorial do emprego revela o alargamento do sector terciário, em detrimento do primário, que, não obstante, envolve ainda um número importante de activos.

	Emprego por Sectores		
	1970	1981	1987
	%		
Primário .....	49.7	31.4	25.5
Secundário.....	17.3	25.3	24.4
Terciário .....	33.0	43.3	50.1

A evolução da estrutura do emprego segundo a situação na profissão tem sido mais lenta.

	Situação na Profissão dos Empregados		
	1970	1981	1987
	%		
Trabalhadores por conta própria .....	26.3	23.1	20.8
Trabalhadores por conta de outrem .....	68.2	73.3	75.0
Trabalhadores familiares .....	5.5	3.6	4.2



*Jose Guilherme Reis*

O desemprego, cuja evolução está estreitamente relacionada com o fluxo emigratório, na medida em que este absorveu excedentes de mão-de-obra, nunca assumiu grandes proporções.

A taxa global de desemprego tem-se mantido em valores baixos, sendo a sua variação determinada praticamente pela taxa de desemprego feminino.

#### Taxa de Desemprego

	%		
	1970	1981	1987*
HM.....	2.9	3.3	5.0
H .....	2.8	2.0	2.8
M .....	3.7	9.0	11.1

\* Sentido lato.

O desemprego incide especialmente sobre a população activa feminina com idades compreendidas entre os 15 e os 39 anos.

#### Desemprego Segundo Sexo e Idade (1987 - Estrutura)

	%		
Idade	HM	H	M
<14 .....	6.2	5.2	1.0
15-19 .....	32.8	11.4	21.4
20-24 .....	24.5	9.4	15.1
25-39 .....	27.1	8.3	18.8
40-54 .....	7.8	4.2	3.6
55-64 .....	1.6	1.1	0.5
Total .....		39.6	60.4

Do total de desempregados cerca de 60% procuram novo emprego, enquanto 40% são candidatos ao primeiro emprego.

#### Procura de Emprego - 1987

	%	
	1º Emprego	Novo Emprego
HM .....	40.7	59.3
H.....	33.8	66.2
M.....	44.4	55.6

*Jose Guilherme Reis*

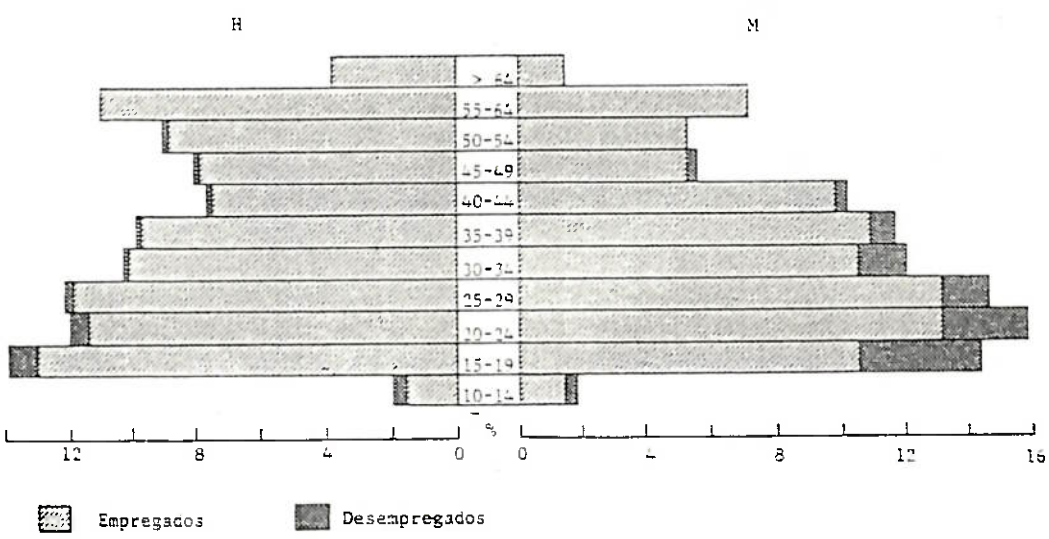
A duração do desemprego, tanto no caso de procura do primeiro emprego como no de novo emprego, é sobretudo de curta duração (< 12 meses).

Duração do Desemprego (1987)

	%	
	1º Emprego	Novo Emprego
Curta duração.....	80	71
Longa duração .....	20	29

A população activa masculina e feminina, por idades, está representada na figura seguinte:

População Activa Masculina e Feminina - 1987



*Jose Guilherme Reis Lima*

### 3- Perspectivas Demográficas e Implicações Sobre o Emprego

O movimento da população tem sido fortemente influenciado pela natalidade e pela emigração, fenómenos que, embora com taxas decrescentes, afectam a estrutura demográfica.

No início da presente década a população dos Açores era de 243 410 habitantes, o que correspondia a 2.5% da população nacional. Daquela população 49.3% eram homens e 50.7% eram mulheres.

População por Sexos e Grupos Etários

	1981	1987
Total (1 000) .....	243.4	255.1
Homens (1 000) .....	120.0	125.9
% .....	49.3	49.4
Estrutura Etária (%)		
< 14 .....	29.7	27.7
15-39 .....	29.7	38.0
40-64 .....	29.3	22.7
> 64 .....	11.3	11.6

A projecção da população até ao final do século aponta para taxas médias de crescimento anual positivas mas progressivamente decrescentes: 0.7, 0.6, 0.5 e 0.3% nos quinquénios desde 1980.

Para 1992 e o final do século projectam-se as seguintes populações:

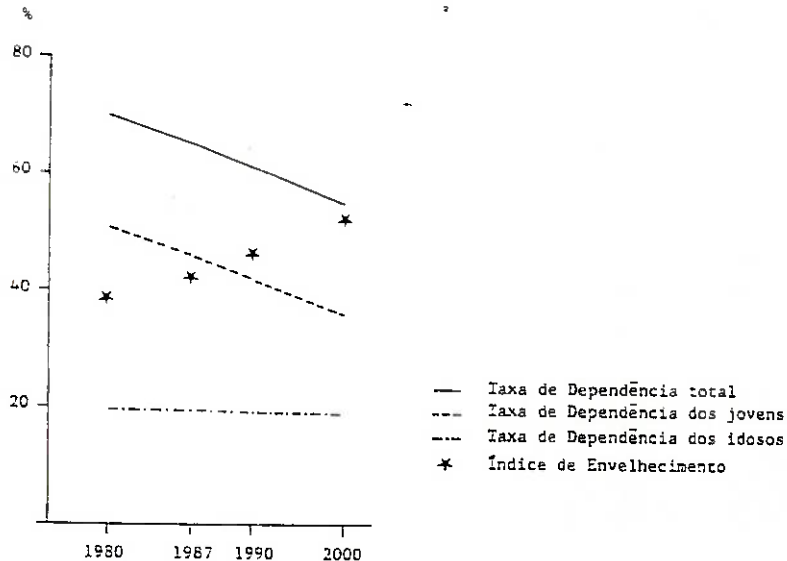
	1992	2000
Total (1 000).....	262.2	271.1
Homens (1 000).....	129.4	133.7
%.....	49.4	49.3
Estrutura Etária (%)		
< 14 .....	26.0	23.1
15-39 .....	39.8	40.4
40-64 .....	22.4	24.5
> 64 .....	11.8	12.0

A taxa de dependência total baixará progressivamente em resultado de uma redução análoga da taxa de dependência dos jovens e da manutenção

*Jose Guilherme Resende*

da taxa de dependência dos idosos.

Taxa de Dependência e de Envelhecimento  
(1980-2000)



OBS.: TDt, taxa de dependência total:  $(Pop < 14 \text{ anos} + Pop > 64 \text{ anos}) : Pop_{15-64 \text{ anos}} \times 100$ ;  
 TDj, " " " " dos Jovens:  $Pop < 14 \text{ anos} : Pop_{15-64 \text{ anos}} \times 100$ ;  
 DTi, " " " " dos Idosos:  $Pop > 64 \text{ anos} : Pop_{15-64 \text{ anos}} \times 100$ ;  
 IE, índice de envelhecimento:  $Pop > 64 \text{ anos} : Pop < 14 \text{ anos} \times 100$ .

O crescimento da população em idade activa até 1995 deverá ser da ordem de 1% ao ano, ficando esse crescimento circunscrito à faixa etária 15-39 anos.

Admitindo que a taxa de participação masculina se mantém estável, mas que a taxa de participação feminina (34.2% em 1987) sobe para 38% em 1990 e 45% em 1995, a população activa crescerá a uma taxa média anual de 2.2%, sendo esta taxa de 1% para os homens e de 5% para as mulheres. De notar que as taxas de participação feminina esperadas são inferiores às que se verificam actualmente a nível nacional.

Conjugando estes dados com a redução do volume de desemprego (sentido lato) para 4%, resulta que o crescimento do emprego deverá ser, em média anual, de 2.2%. Para tanto a taxa média de variação anual do emprego deverá ser de + 1.2% para os homens e de +5% para as mulheres.

*Jose Guilherme Reis Lima*

População Activa - 1987-1992

	Unid.: 1 000		
	1987	1990	1992
População Activa .....	96.2	102.0	106.7
Taxa de Participação (%) .....	61.6	64.0	65.5
População Empregada .....	91.4	97.9	102.5
População Desempregada.....	4.8	4.1	4.2
Taxa de Desemprego (%).....	5.0	4.0	4.0

#### 4 - Situação em Matéria de Formação

O actual sistema de ensino, de carácter marcadamente generalista, e a pequena expressão do ensino profisional e técnico-profissional, não está adaptado às reais necessidades do mercado, dificultando a inserção dos jovens.

A qualificação da mão-de-obra é muito baixa: uma percentagem importante de trabalhadores são analfabetos, enquanto as habilitações de 62% não vão além do ensino básico primário; 28% dos trabalhadores por conta de outrem são não qualificados ou semi-qualificados; os quadros superiores, médios e altamente qualificados totalizam somente 4% do emprego assalariado.

Há um claro predomínio das empresas de reduzida dimensão (< 10 trabalhadores), que empregam 31% do total de trabalhadores, enquanto as empresas com mais de 200 pessoas ao serviço absorvem 18% do emprego.

Existe um centro de formação profissional cujo grau de utilização ronda os 100%. São ministradas acções de formação fora da Região abrangendo áreas não cobertas pelo Centro de Formação Profissional.

São ainda levadas a cabo acções de formação em regime de cooperação com empresas privadas.

*Jose Guilherme Pereira*

Até ao presente tem predominado as acções de formação orientadas para actividades tradicionais, sendo deficientes os esquemas de formação em áreas como a gestão, qualidade, novas tecnologias, formação de formadores, etc.

As actuais carências de mão-de-obra qualificada em alguns sectores de actividade tenderão a agravar-se com a previsível entrada no mercado de trabalho de um número importante de jovens.

## **5- Infra-Estruturas e Grau de Utilização**

A natureza arquipelágica dos Açores e a dispersão da sua população por nove ilhas impõem limites à mobilidade de pessoas e de bens e, sobretudo, à área de influência das infra-estruturas económicas e sociais básicas e condicionalismos no que concerne à organização e funcionamento dos sistemas político-administrativo e económico. O seu isolamento geográfico confere-lhe um grau de perifericidade extrema no contexto nacional e comunitário. Com efeito, a distância física mínima até ao ponto de entrada mais próximo no continente (Lisboa) é de 1 500 kms e Bruxelas fica a mais de 3 500 kms.

Ao longo dos últimos anos foi feito um enorme esforço no sentido da dotação das várias ilhas com as infra-estruturas ligadas à acessibilidade externa. Elas são em número elevado quando relacionadas com a população e com o nível da actividade económica, mas são indispensáveis para se assegurar a sobrevivência e a permanência das comunidades insulares. O seu grau de utilização é necessariamente médio ou baixo. De notar que a cada unidade de superfície (km<sup>2</sup>) correspondem 313 metros de costa, relação que no espaço nacional continental é 30 vezes inferior.

A descontinuidade geográfica também condiciona a dimensão, o número e as soluções possíveis no que respeita a captação e distribuição de água, produção e abastecimento de electricidade, grandes vias de comunicação terrestre, transportes inter-ilhas, estabelecimentos de ensino e rede de saúde



pública.

Ainda que em determinados aspectos a dimensão das infra-estruturas possa ser adequada às necessidades, os seus custos, tanto de instalação como de funcionamento, tendem a ser elevados, em consequência do seu grande número e não obstante taxas de utilização médias ou mesmo elevadas.

## **6- Investimento Produtivo**

Os recursos aplicados em FBCF correspondem a uma fracção importante do PIB, denotando um investimento forte ao longo de toda a presente década.

O principal promotor do investimento tem sido a administração pública, com o objectivo de dotar a Região das infra-estruturas básicas indispensáveis ao seu desenvolvimento económico e social - portos, aeroportos, vias de comunicação, estabelecimentos de ensino e de saúde.

As empresas públicas, incluindo os bancos, e os organismos autónomos têm sido responsáveis por taxas elevadas de FBCF nas áreas da respectiva actividade, em ordem à sua modernização e satisfação das necessidades públicas - energia, transportes, telecomunicações.

O sector privado, porém, tem sido relutante em enveredar pela via do investimento. A sua participação na FBCF tem sido muito baixa, reflexo de apreciáveis oscilações da procura da produção tradicional e de menor dinamismo dos agentes económicos na expansão e na diversificação produtiva num contexto de concorrência acrescida.

*Jose Guilherme Reis*

## FBCF - 1980/85

	1980	1981	1982	1983	1984	1985
$\frac{\text{FBCF}}{\text{PIB}}$ (%) .....	30.6	28.1	36.6	34.0	30.8	33.6
FBCF (%):						
Administração Pública .....	55.9	60.2	60.9	60.8	60.0	60.3
EP's., Org. Autónomos .....	36.6	31.7	30.5	28.8	29.7	31.4
Sector Privado .....	7.5	8.1	8.6	10.4	10.3	8.3

Numa economia aberta como a dos Açores o crescimento da produção requer, da parte dos agentes económicos privados, o pleno aproveitamento das vantagens comparativas existentes, o aumento da produtividade, uma maior incorporação de valor acrescentado, uma adequada prospecção dos mercados, o que passa pelo dimensionamento das unidades produtivas, pela formação da mão-de-obra e pelo aumento do investimento produtivo.

## 7- Estrutura Económica

A estrutura económica, inferida a partir da análise da composição do Produto Interno Bruto de 1985 evidencia o peso relativo que o sector primário ainda detem, cerca de 26,6% do total, a importância dos serviços na geração de valor acrescentado, cerca de 47,5%, e alguma relevância do sector secundário, cerca de 25,9%.



*Jose Guilherme Reis*

Estrutura Económica - Repartição Sectorial do PIB

	%	
	1980	1985
SECTORES:		
Primário.....	32,4	26,6
Secundário .....	22,9	25,9
Serviços .....	44,7	47,5
PIB p.m. (10 <sup>6</sup> esc. P.correntes) .....	17 067	53 011

A expressão do sector primário no contexto do Produto Regional poderá considerar-se algo subavaliada, já que os valores acrescentados na transformação de produtos agrícolas, nomeadamente a produção de lacticínios, conservas de peixe, etc., nas indústrias utilizadoras de culturas de tipo industrial, entre outras, estão incluídas no sector secundário da economia, constituindo parte predominante da actividade transformadora. No sector secundário sobressai ainda o peso do sub-sector construção e obras públicas, no contexto da produção secundária - cerca de 43,2%.

A área de serviços engloba, efectivamente, as principais actividades económicas na Região; contudo, haverá que reter que os serviços não comerciais representam 44,3% da contribuição do sector para o PIB. Tal facto deve-se, sobretudo, à dispersão do território, que obriga à multiplicação de serviços públicos pelas nove ilhas do arquipélago, de forma a garantir uma certa equidade na oferta de determinados serviços indispensáveis, principalmente nas áreas da educação, saúde, etc.

Em termos de análise da evolução dos grandes sectores de actividade, observa-se no período 1980-85 uma certa perda de importância relativa da produção primária, mais acentuada no último biénio do período. O processo de transferência entre sectores não tem sido propiciador de ganhos de produtividade no contexto da actividade económica regional, já que o crescimento real do produto foi acompanhado pelo do emprego, que se orientou para produções de relativamente baixo nível tecnológico, de carácter artesanal, principalmente na

*Jose Guilherme Pereira*

área dos serviços. Em consequência, têm-se mantido desequilíbrios entre a Região e as médias nacionais, como se pode verificar quando se tomam indicadores como capitações do PIB, o que evidencia a necessidade de serem ultrapassados os desníveis de crescimento e desenvolvimento existentes.

	1980	1985
PIB Açores/Continente (%) .....	1.4	1.5
PIB/Hab - Açores (contos) .....	70.1	210.2
Continente (contos) .....	133.3	366.5
PIB/Activo - Açores (contos) .....	219.3	586.1
Continente (contos) .....	317.1	867.6

### 7.1 Agricultura Pecuária e Silvicultura

A actividade agrícola constitui um dos principais pilares da economia regional. Com efeito, tomando quer indicadores relativos à produção, quer ao emprego, quer ainda ao comércio exterior ao espaço regional, observa-se que o sector desempenha um papel fundamental na base produtiva regional.

#### Agricultura - Peso Relativo na Economia

% PIB * (1985) .....	24
% População Activa (1987) .....	21
% Exportação* (1985) .....	72

\* Não inclui produtos das agro-indústrias.

Se ao VAB da agricultura se adicionar o das indústrias transformadoras de produtos agrícolas e pecuários locais a participação no PIB é de 30.5% (1985).

Estruturalmente, detectam-se alguns aspectos que apontam para uma certa entropia no sistema agrícola regional. Na realidade se se considerar a estrutura etária dos activos observa-se que mais de 58% dos agricultores têm

*Jose Guilherme Reis*

mais de 50 anos de idade, explorando mais de 50% da área total das explorações. Os jovens agricultores (com menos de 40 anos) representam apenas 23,1% do total, explorando 1/4 da área total das explorações. Ao nível da instrução apura-se que apenas 4,1% dos agricultores possuem um nível de instrução superior ao ensino básico, existindo apenas 3 em cada 1 000, com formação profissional agrícola.

População Activa Agrícola - Grau de Instrução

Idade	Anal- fabeto	Ler e Escrever	Ensino Básico	Secundário		Superior	
				Agrícola	Outros	Agrícola	Outros
< 25 .....	4.2	5.3	80.1	..	10.4	..	..
25-39.....	3.2	7.2	82.1	0.4	5.9	0.2	1.0
40-49 .....	14.3	16.6	65.2	0.2	3.0	0.2	0.5
50-64 .....	35.3	23.9	37.5	0.1	2.3	0.2	0.8
>64 .....	48.7	28.7	20.5	0.1	1.2	..	0.8
Total .....	26.9	19.7	49.3	0.2	3.1	0.1	0.7

Ao nível da estrutura fundiária observa-se uma reduzida dimensão média das explorações - cerca de 5.3 ha. Considerando apenas a superfície agrícola útil, a dimensão é menor - 4 ha SAU/exploração. Todavia, não será ainda a dimensão das explorações o principal problema de estrutura fundiária, mas sim a excessiva divisão destas explorações em blocos dispersos por vários locais - em média a cada exploração correspondem 6.3 blocos.

Estrutura Fundiária - Dimensão

Classe de Área (HA)	% do Total de Explorações	% do Total da Área
< 1 .....	48.5	3.6
1-5 .....	29.8	13.5
5-10 .....	10.9	14.7
10-20 .....	6.8	18.0
20-50 .....	3.2	17.4
> 50 .....	0.8	32.8

*Jose Guadalupe...*

Ao nível da propriedade da terra também não existem condições propícias, já que apenas 20.1% da superfície agrícola útil é explorada por conta própria, sendo os restantes 79.9% através de arrendamento ou outras formas mistas.

No tocante à estrutura empresarial a figura de empresário agrícola encontra-se apenas em 8.2% do número total de explorações, ocupando cerca de 13% da área total. As organizações de tipo societário, nomeadamente a cooperativa, não têm propriamente expressão na Região, enquanto a figura dominante é o produtor autónomo.

#### Estrutura Fundiária - Organização

	% do Total de Explorações	% do Total da Área
Forma de Exploração		
Conta Própria .....	40.6	20.1
Arrendamento .....	14.4	8.4
Forma Mista .....	42.5	70.7
Outras .....	2.5	0.8
Natureza Jurídica		
Produtor Autónomo ....	90.9	78.8
Empresário .....	8.2	13.0
Estado .....	0.1	3.1
Soc. ou Emp. Públicas .	0.7	5.0
Outras .....	0.1	0.1

Com excepção da pecuária e derivados, a produção agrícola está essencialmente orientada no sentido do auto-abastecimento e comercialização local dos excedentes. O seu peso no VAB agrícola é de cerca de 30%, contribuindo para o PIB regional com 7.3% (1985). Todavia, com a generalização da actividade pecuária, a subida do nível de vida geral da população e uma certa terciarização da economia, tem-se vindo a assistir ao aumento do aprovisionamento externo de produtos agrícolas, evidenciando-se as limitações da oferta regional face à procura actual.

O aumento da área de pastagem foi devido fundamentalmente às extraordinárias condições edafo-climáticas para a produção agro-pecuária como actividade mais rentável, levando mesmo à transferência de terras aráveis para aquela actividade.

*Jose Guilherme Reis*

Distribuição da SAU - Evolução

	(%)	
	1965	1985
Culturas Permanentes .....	7.5	4.8
Terras Aráveis .....	39.0	13.2
Pastagens Permanentes .....	53.5	82.0

As produtividades obtidas na exploração agrícola são baixas. Atente-se no caso da batata e do milho-grão que são inferiores 55 e 50%, respectivamente, em relação aos valores médios na CEE.

Das culturas permanentes, a mais importante é a vinha, ocupando cerca de 60.2% da superfície total. Porém, os produtos obtidos - uva de mesa, vinhos e aguardente, ainda que apreciados localmente, são de fraca qualidade e os custos de produção muito elevados.

O tabaco, o chá, a chicória, a beterraba sacarina, o maracujá e o ananás são as espécies cultivadas para fins industriais. A área afectada a estas culturas tem vindo a diminuir, substituída pelo alargamento das pastagens. Estes produtos, com excepção do ananás que é vendido em fresco, são, depois de transformados, exportados ou consumidos localmente. Destes, o açúcar destina-se ao consumo regional.

O sector florestal ocupa cerca de 24 000 ha, o que equivale a aproximadamente 10% da área total do arquipélago. Contudo, a sua participação no PIB regional é de apenas 0.3% (1985). A extracção de madeira para fins comerciais e industriais tem vindo a conhecer algum incremento.

A pecuária é, de facto, a principal actividade primária da Região, representando quase 70% do VAB agrícola e 16,7% do PIB regional (1985) o que lhe confere naturalmente uma grande importância no contexto da economia regional. De uma forma geral a maior área de pastagem encontra-se acima dos 300 metros de altitude. No entanto, tem vindo a assistir-se ao avanço de culturas forrageiras para terras baixas ou de "lavradio". Destas, o milho é a principal forrageira que se cultiva em zonas mais baixas e em rotação (milho x intercalar).

Os bovinos são a espécie com maior interesse económico na actividade pecuária regional, estimando-se que o efectivo, em 1985, atingisse as 176,4 mil

*Jose Guilherme Reis Reis*

cabeças. O efectivo suíno também tem alguma expressão, cerca de 48.9 mil cabeças.

O principal objectivo da bovinicultura tem sido a produção leiteira, assumindo a produção de carne sobretudo a forma de subproduto.

#### Explorações com Bovinos por Tipos de Bovinos - 1985

Explor. c/ Bovinos	Nº Cab. de Bovinos	Explor. c/ Vacas Leiteiras	Vacas Leiteiras
12 644	176 414	9 712	69 057

A dimensão média das manadas de bovinos é cerca de 14 cabeças por exploração, valor que excede largamente a média nacional (4.6. cab/exploração). Isto reflecte o papel determinante desempenhado pela actividade pecuária na Região na formação do rendimento dos produtores agrícolas que se dedicam a esta actividade, enquanto a nível nacional é, na maioria dos casos, uma actividade complementar e subsidiária na economia das explorações agrícolas.

A produção de leite na Região e que é entregue para laboração atingiu, em 1987, 225.5 milhões de litros. Estima-se uma produção unitária média de cerca de 3 500 litros/vaca/ano.

A maioria dos lacticínios regionais são comercializados no Continente.

#### Produção de Lacticínios. Percentagem Média das Produções Regionais Destinadas aos Mercados Continentais

	Produção 1987	% Comercialização no Mercado do Continente
Leite UHT (1 000 L) .....	9 054	75
Manteiga (Ton) .....	3 163	64
Queijo (Ton) .....	7 750	77
Leite em Pó (Ton) .....	11 256	90

Como já se referiu, a carne de bovino é considerada como subproduto

*Jose Guilherme Reis*

da produção leiteira. Existem algumas unidades de produção intensiva de bovinos de carne, mas a forma predominante consiste na engorda ao nível das explorações.

O principal mercado para a carne produzida localmente é o Continente, o qual absorve cerca de 72% da produção total regional, que rondará actualmente 13-14 mil toneladas anuais.

## 7.2 Pescas

O peso económico das pescas no contexto da produção interna bruta regional é proporcionalmente elevado - a contribuição deste sector de actividade na formação do valor acrescentado total (2.3%) é bem superior à que se apura a nível nacional. Se ao VAB das pescas se adicionar o da indústria conserveira, a participação no PIB é de 3.2% (1985).

O tipo de pesca praticado varia entre a pesca local, ocupando 86% da frota total, com embarcações inferiores a 9m, de arqueação bruta média de 1.5 TAB e uma potência média de 6.8 KW; a pesca costeira, com 13.5% do número de embarcações, uma arqueação média de 31.9 TAB e com 105.6 KW de potência média; e a pesca de largo, de que existem somente 7 embarcações (1987), com uma média de 775.4 toneladas de arqueação bruta e 716.7 KW de potência. Se na pesca local quer a tonelagem quer a potência das embarcações se equivalem, em termos médios, ao observado no restante espaço nacional, já na pesca costeira e de largo a tonelagem média varia entre -20 e -16%, respectivamente, sendo maior o desequilíbrio na potência, entre -34 e -37%.

Frota Regional em 1987

	Número de Embarcações	Arqueação Bruta (Ton)	Potência (KW)
Pesca Local .....	1 597	2 443	10 802
Pesca Costeira .....	250	7 979	26 398
Pesca de Largo .....	7	5 42	85 017
TOTAL .....	1 854	15 850	42 217

*Jose Guilherme Pereira*

Os recursos humanos no sector têm aumentado na Região mais que proporcionalmente do que no contexto nacional. Com efeito, considerando ainda o período 1976-86, o número de pescadores matriculados representava cerca de 10,2% do número total nacional em 1976, já em 1986 essa relação rondava os 11,4%. A não existência de plataforma continental, devido à origem vulcânica do arquipélago, condicionando também uma certa fragilidade biológica, determina que os recursos da pesca, no respeitante às chamadas "espécies de fundo", tenha limitações, apesar da enorme extensão da ZEE açoriana.

A chamada "frota artesanal" é responsável pela captura de várias espécies demersais, cobrindo o consumo local e canalizando uma percentagem significativa das capturas para o mercado em fresco do continente português e outros países da Europa, assim como para os Estados Unidos.

A pesca industrial, principalmente ligada ao atum, registou um certo impulso nos últimos anos, com o conseqüente aumento de capturas e de transformação em conserva destinada sobretudo à exportação.

Pesca Descarregada nos Portos

	1976	1987
Pesca artesanal .....	4 968	7 453
Pesca de tunídeos .....	2 055	12 268
TOTAL .....	7 023	19 721

De destacar ainda que na Região desenvolve-se há alguns anos a apanha de plantas marinhas - as agarófitas - destinadas a utilização industrial, cujo volume anual ronda as 300-400 toneladas.

Estes aspectos, a que se deve juntar a produção de leite e os lacticínios, constituem o cerne da economia da Região.



*Jose Guilherme Reis Lima*

### 7.3 Indústria

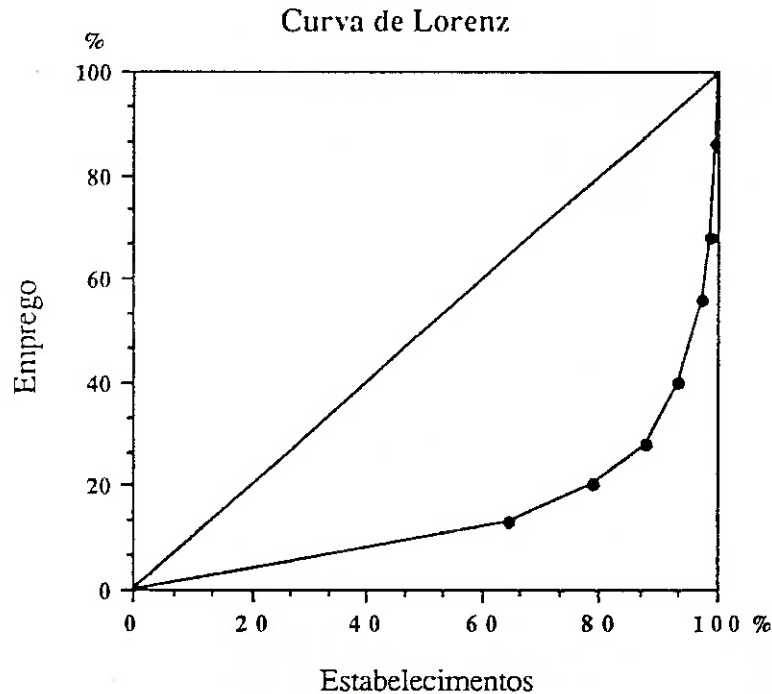
O peso económico da actividade transformadora apresenta uma certa importância, atendendo aos condicionalismos existentes, nomeadamente o fraco potencial e dispersão do mercado local. Com efeito, em 1980, a contribuição do sector transformador para a formação do Produto Interno rondava os 10%, tendo vindo a aumentar lentamente mas regularmente de importância, atingindo em 1985 os 12,7%.

O sector caracteriza-se pela concentração da produção em poucas actividades e por uma certa dualidade, traduzida pela coexistência de um sector de carácter artesanal com um núcleo restrito de empresas com alguma dimensão, justificada pela sua especialização no contexto do aproveitamento de alguns recursos primários, com comercialização no exterior dos produtos transformados.

Apesar do sector mais moderno ser constituído por um conjunto restrito de unidades, este é responsável por parte substancial do volume de emprego no sector. De facto, a dimensão empregadora média do estabelecimento é de 7.3 trabalhadores, porém 80% dos estabelecimentos representa apenas 20% do emprego. As múltiplas unidades de pequena dimensão estão essencialmente vocacionadas para produções de bens pouco diferenciados, os quais, na maior parte dos casos, não estão sujeitos a concorrência externa.

(1984)		
Escalões de Dimensão Empregadora	Nº de Estabelecimentos	Emprego Percentagem Acumulada
1-2	543	13.3
3-4	118	20.1
5-9	70	28.1
10-19	48	39.5
20-49	34	56.2
50-99	10	67.9
100-199	9	86.3
200-499	4	100

*Jose Guilherme Reis*

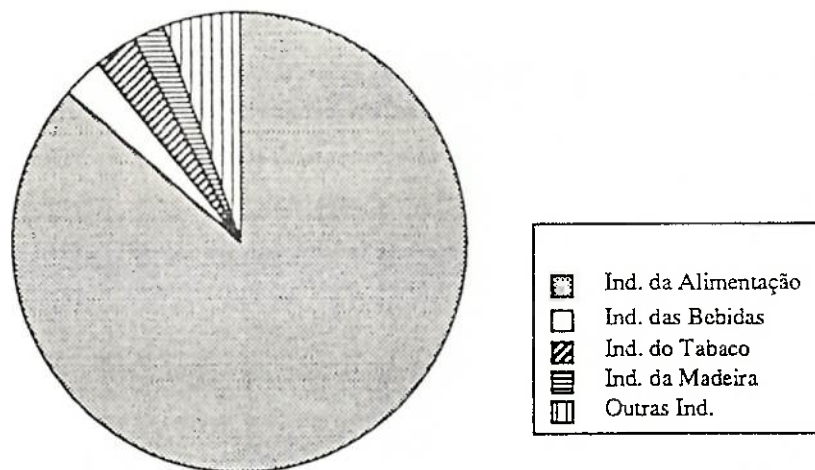


O nível de integração vertical da produção é relativamente fraco - o peso do valor acrescentado bruto no valor bruto da produção ronda os 28%. Com efeito, devido à natureza das principais produções, o contributo da actividade transformadora vale mais pelo seu impacte indirecto a montante, na perspectiva da valorização de recursos primários disponíveis, do que na geração de valor só na transformação. O nível tecnológico da produção é fraco, exceptuando-se algumas unidades de transformação de pescado e de produtos lácteos. O nível de investimento é igualmente diminuto, pese embora a taxa média de excedente ( $VAB-REMUNERAÇÕES/VAB$ ) atingir os 67%, a taxa média de acumulação ( $FBCF/VAB-REMUNERAÇÕES$ ) não ultrapassa os 17%.

A estrutura da produção revela o elevado grau de concentração em alguns segmentos. Com efeito considerando apenas a produção de lacticínios, de conservas de peixe e tabaco, observa-se que estas três únicas actividades representam mais de 60% do valor bruto da produção de todo o sector industrial.

*Jose Guilherme Pereira*

### Indústria - Valor Bruto da Produção (%)



### 7.4 Energia

A realidade insular obriga à existência de nove pontos diferenciados de abastecimento energético, o que se tem traduzido em sobrecustos no transporte e redistribuição, alguma precaridade na segurança do fornecimento a diversas parcelas, nomeadamente ao nível do aprovisionamento de combustíveis, e ainda a uma certa desadequação das dimensões, ainda que mínimas, dos subsistemas electroprodutores face às solicitações da procura em várias ilhas.

O sector energético na Região caracteriza-se pela elevada dependência face aos derivados do petróleo. O conteúdo energético do PIB é sensivelmente igual ao observado no contexto nacional, portanto, bem superior à média comunitária. A evolução da elasticidade do consumo energético face à evolução do Produto Regional situa-se em valores acima da unidade.

*Jose Guilherme Reis Reis*

Balauço Energético	
	10 <sup>3</sup> t.e.p.
	1985
Consumo Bruto .....	149.0
Recursos Próprios .....	20.7
Abastecimento Externo .....	128.3
Perdas .....	35.2
Consumo Final .....	113.8
Fins Industriais* .....	37.8
Transportes ** .....	45.1
Resid/Comercial .....	30.9

\* Inclui actividade primária

\*\*Inclui transportes aéreos inter-ilhas.

No subsistema electroprodutor observou-se, em 1987, uma produção de 232 Gwh. Ao contrário do espaço continental, as condições naturais não propiciam um valor elevado no coeficiente de hidroelectricidade, sendo a penetração desta na produção global de apenas 9%. A utilização dos fluidos geotérmicos de alta entalpia encontra-se ainda numa fase de demonstração; a utilização de outros recursos endógenos, eólicos, das marés, etc., está ainda em fase de investigação/experimentação..

A rede eléctrica na Região sob o ponto de vista da produção/distribuição reflecte a interacção de duas condicionantes estruturais:

- mercado débil
- realidade geográfica - 9 ilhas que obrigam à existência de outros tantos sistemas, independentes entre si.

A interacção destes 2 factores leva a que o sistema electroprodutor e distribuidor se caracterize por:

- pequena dimensão dos equipamentos produtores. rondando a capacidade instalada os 0.34 KW/Habitante.
- elevada percentagem de postos de transformação particulares, mais

*Jose Guilherme Reis Lima*

de 45%.

- baixa capacidade da rede de transporte e distribuição em média tensão, cerca de 4 Km de traçado por GWh.
- grande diversidade de tensões na rede de média tensão, maioritariamente explorada a 10 e 15 KV.
- redes directamente ligadas às centrais de produção, nalgumas ilhas.

Acresce ainda o facto de alguns equipamentos de produção, subestações, redes de distribuição e postos de transformação apresentarem idades próximas ou superiores aos tempos de vida útil. Mas é nas redes que, na generalidade das ilhas, se colocam os principais problemas de continuidade e qualidade de serviço, ultrapassados os maiores estrangulamentos na produção, apresentando-se muitas das redes de distribuição de MT e BT bastante degradadas ou com características inadequadas às actuais solicitações do sector produtivo.

O grau de cobertura da população residente atinge os 99%, embora o fornecimento de energia eléctrica a alguns sectores de actividade económica seja deficiente, nomeadamente ao sector agrícola em que cerca de 83.5% do total de explorações agrícolas não dispõe de energia eléctrica, limitando fortemente a utilização de ordenhas mecânicas, a refrigeração do leite, etc.

## 7.5 Turismo

Este sector, considerado prioritário para o desenvolvimento da Região, foi objecto de um Programa Nacional de Interesse Comunitário tratado com maior detalhe em documento próprio.

A procura turística registada nas unidades hoteleiras em 1987 atingiu 96 milhares de hóspedes, representando um crescimento médio anual de 14%



em relação a 1981.

A estada média tem-se mantido estacionária ao nível de três noites por hóspede.

Os hóspedes residentes em Portugal representam a quota dominante do mercado, mas são os residentes no estrangeiro que mais têm intensificado a procura. Simultaneamente tem-se acentuado a sazonalidade; as dormidas registadas nos meses de Junho a Setembro representaram 44% dos totais anuais em 1981, passando para 50% em 1987.

Mas o número de visitantes é bastante superior ao dos que se hospedam na hotelaria. Em termos de economia nacional, os Açores são mesmo a região turística onde a hotelaria é menos utilizada relativamente a outros meios de alojamento, nomeadamente a casa própria e a de familiares e amigos.

Este fenómeno está relacionado com o chamado "turismo étnico" que, segundo estimativas, utiliza estabelecimentos hoteleiros numa proporção inferior a 10%. Ao contrário do que acontece com o turismo "estrangeiro" e mesmo com o "nacional", o principal motivo de viagem é "visitar a família". Este tipo de motivação e consequentemente de turismo torna o nível médio de gastos em consumo baixo, nomeadamente no que respeita a despesas de alimentação e de alojamento. Porém, atendendo que a estada média é bastante elevada, a contribuição do turismo étnico para as receitas totais torna-se maior do que a dos outros dois tipos de turismo em conjunto.

A oferta da hotelaria atingiu 2 370 camas em 1987, representando um crescimento médio anual de 8% em relação a 1981. Cerca de metade da capacidade da oferta assenta em hotéis de média dimensão. As residenciais, que têm uma dimensão média menor e oferecem serviços mais simplificados, representam cerca de um terço da oferta global.

O crescimento da procura mais acelerado do que o da oferta tem-se reflectido numa melhoria dos níveis de ocupação das unidades hoteleiras. Paralelamente, os preços de venda dos serviços hoteleiros têm mantido uma margem positiva em relação os preços gerais no consumidor. Da conjugação desta tendência com a evolução mais moderada das despesas com pessoal resulta um contributo favorável à rendibilidade global. Pretende-se atenuar progressivamente o carácter sazonal deste sector de actividade com a criação de



um destino contínuo ao longo do ano, o que se traduzirá em despesas acrescidas em actividades complementares.

## 7.6 Transportes e Comunicações

A natureza arquipelágica e a localização marcadamente periférica dos Açores conferem aos transportes e às comunicações uma importância acrescida na perspectiva do seu desenvolvimento e integração em espaços económicos mais vastos e diferenciados.

A circunstância de o território estar repartido em diversas parcelas e o facto de o povoamento, relativamente disperso, tender a acompanhar a orla marítima, fazem com que a rede viária tenha uma extensão apreciável, ainda que as vias tenham, em regra, pouca largura. Não existe rede ferroviária.

As estradas regionais, com uma extensão de cerca de 1 300 kms, têm uma densidade de 0,54 kms/km<sup>2</sup>. A rede viária municipal tem cerca de 900 kms.

O tráfego de veículos regista frequências relativamente reduzidas, porém, nalguns eixos de acesso aos maiores centros populacionais há já indícios claros de congestionamento.

Os transportes marítimos, que asseguram a quase totalidade das trocas de mercadorias e uma parte do tráfego de passageiros entre algumas ilhas do Grupo Central, têm uma importância crucial na integração do mercado interno e no comércio com o exterior, sendo de realçar o muito elevado grau de abertura da economia regional (65 % em 1985).

O afastamento e isolamento dos Açores relativamente aos principais centros de desenvolvimento europeus e particularmente do continente

*Jose Guilherme Pereira*

português provocam custos e demoras adicionais em matéria de transportes que dificultam a mobilidade social e encarecem os factores de produção e os produtos. Idênticos efeitos fazem-se sentir no tráfego inter-ilhas de pessoas e bens, com maior gravidade no que respeita aos custos, dados os pequenos excedentes de produção das várias ilhas, não favorecendo a criação de economias de escala.

Estudos recentes evidenciam que o transporte marítimo de mercadorias entre os Açores e o continente é, em função da distância, cerca de 70% mais caro que o transporte rodoviário. No transporte marítimo inter-ilhas aquele diferencial atinge valores próximos do dobro.

O volume de cargas movimentadas excede um milhão de toneladas, sendo o movimento por metro linear de cais de cerca de 300 tons/ano. As trocas com o exterior representam 86% do total, cabendo o restante às trocas inter-ilhas.

O movimento de passageiros com o exterior faz-se exclusivamente por via aérea e mesmo no espaço regional a movimentação de passageiros por avião predomina. Este facto constitui um importante constrangimento à mobilidade social, com inevitáveis reflexos negativos no aspecto cultural e no domínio do turismo, dada a inexistência das alternativas mais económicas que se conhecem nas plataformas continentais.

Por razões de evidente necessidade todas as ilhas têm aeroporto, quatro dos quais servem de base a tráfego com o exterior. A extensão média das pistas é de 1 900 metros e quatro delas têm larguras superiores a 45 metros.

O número de passageiros movimentados é da ordem dos 770 000/ano, cabendo cerca de 60% ao tráfego inter-ilhas.

As comunicações, nomeadamente as telecomunicações, desempenham um papel vital numa economia periférica, num contexto de dispersão do território, devendo por isso constituir um meio poderoso para a atenuação dos condicionalismos de ordem geográfica.



*Jose Guilherme Pereira*

No contexto económico, este sector tem já uma certa importância, quando se comparam alguns valores com os observados no restante espaço nacional. Com efeito, a participação do sector das comunicações no PIB regional é de 3,3%, ocupando cerca de 1.4% da população activa, enquanto a nível nacional se registam valores médios inferiores, respectivamente 2,0 e 0,6 %. A densidade de postos telefónicos por 100 habitantes (cerca de 10.7 por 100 habitantes) é das mais elevadas no contexto das restantes regiões do país, sendo a densidade de postos de telex por 10 000 habitantes, cerca de 21.6, superior em 6% à média nacional.

## 7.7 Comércio Externo

A principal origem e destino dos fluxos comerciais com o exterior situa-se no mercado nacional, para o qual se estima uma absorção de cerca de 75-80% do valor global das exportações, sendo sensivelmente da mesma ordem de grandeza a participação daquele mercado no valor global das importações regionais.

O grau de abertura da economia açoriana continua sendo muito elevado, o que é um fenómeno típico das pequenas economias insulares.

A evolução mais recente do comércio com o estrangeiro (não se dispõe de informação actualizada para o comércio de cabotagem) caracteriza-se por uma ligeira degradação da taxa de cobertura, situando-se esta, em 1987, ao nível dos 40%. Todavia, e pese embora a igual diminuição nos termos de troca, continua-se a observar que a valorização média da tonelada exportada é bem superior, cerca de 3 a 4 vezes mais, à valorização média da unidade de volume importada.

*Jose Guilherme Reis Lima*

Componentes Estruturais do  
Comércio Especial de Mercadorias

	1986	1987
IMPORTAÇÃO cif		
Valor (1 000 contos).....	7763.4	9203.3
Volume (1 000 kgs).....	164.1	132.6
EXPORTAÇÃO fob		
Valor (1 000 contos ).....	3579.1	3991.2
Volume ( 1 000 kgs ).....	48.4	38.8

\*dados provisórios

O comércio com o estrangeiro desempenha um papel complementar nas trocas comerciais, nomeadamente no aprovisionamento de alguns produtos específicos inexistentes no mercado nacional ou em que existe vantagem em fazê-lo directamente do exterior. Do lado das exportações, o mercado estrangeiro é factor relevante no escoamento de alguns produtos alimentares e bordados, adquiridos principalmente pela comunidade emigrante residente no continente americano.

Principais Importações

Principais Exportações

	Valor (1000 contos)		Valor (1000 contos)
Automóveis,tractores,velocípedes, etc.....	1 891.4	Produtos das Indústrias alimentares, bebidas, etc.....	1 448.9
Navegação aérea.....	1 110.6	Combustíveis minerais*.....	561.4
Caldeiras, máquinas, aparelhos, etc.....	1 100.6	Peixes, moluscos e crustáceos.....	442.0
Combustíveis minerais, óleos minerais, etc.....	830.1	Acessórios de vestuário, artefactos, etc.....	288.7

\* fornecidos à navegação



## 8- Condições de Vida

### 8.1- Educação

A subsistência no estrato etário dos maiores de 14 anos de uma elevada taxa de analfabetismo (22,6%) em 1981 constituía por si só indício de dificuldades no sector da Educação. A dispersão geográfica e carências em matéria de instalações e de certas categorias de pessoal docente completavam um quadro que tem vindo a ser modificado ao longo dos anos.

A generalização do acesso à educação exigiu a aplicação de recursos financeiros importantes, tanto em matéria de infra-estruturas como no que respeita a despesas de funcionamento, representando as despesas com a Educação mais de 20% do orçamento da Região.

Foi na rede de ensino oficial, que reforçou o seu predomínio, que ocorreram as maiores modificações. A evolução do número de alunos é crescente, mas é ao nível dos vários graus de ensino que a mudança se torna mais nítida.

#### Número de Alunos

	1970/71	1981/82	1987/88
Oficial ....	45 024	46 467	53 730
Particular	4 359	3 374	2 604
Total ...	49 383	49 841	56 334

#### Educação Pré-Escolar

A educação pré-escolar oficial foi criada no ano lectivo 1976/77. Actualmente existem estabelecimentos de ensino pré-escolar oficiais, particulares e de instituições de solidariedade social, sendo a taxa de escolarização do estrato etário 3-5 anos de 32.6% e de 48 % para o grupo de 5 anos.

*Jose Guilherme Pereira*

**Educação Pré-Escolar**  
(Ano lectivo 1987/1988)

Modalidades	Alunos	Docentes	Estabelecimentos
Oficial .....	2 510	149	107
Particular .....	517	19	5
Instituições de Solidariedade Social	6 096	ND	ND

ND: Não disponível.

**Ensino Básico**

O ensino básico engloba o ensino primário (1º ciclo), o ensino preparatório (2º ciclo) e ensino unificado (3º ciclo).

1º Ciclo

**Ensino Primário**  
(Ano lectivo 1987/1988)

Modalidades	Alunos	Docentes	Salas
Oficial .....	26 210	1 281	1 102
Privado .....	848	31	31
Total .....	27 058	1 312	1 133

No ensino primário a evolução pode caracterizar-se por uma diminuição da população escolar, acompanhando a evolução demográfica, pela escolarização total do estrato etário 6-9/10 anos, pelo facto de todos os docentes terem habilitação legal e pela melhoria do parque escolar, tendo-se passado de 70 para 95% quanto a escolas funcionando em edifícios construídos para o efeito. O insucesso escolar é, porém, elevado, em especial na 1ª fase (38 %), e também na 2ª fase (23 %).

A taxa de prosseguimento de estudos para o 2º ciclo do ensino básico foi de 91,2% em 1986-87.

## 2º Ciclo

## Ensino Preparatório

(Ano lectivo 1987-1988)

	N.º
Alunos .....	9 943
Oficial .....	9 174
Particular .....	769
Docentes .....	785
C/ habilitações legais .....	589
S/ " " .....	196
Instalações	
Escolas .....	20
Salas .....	502

Na última década foi feito um esforço especial na área do ensino preparatório, como via para se concretizar a escolaridade obrigatória (6 anos), tendo-se empreendido a construção de 16 escolas preparatórias, o que possibilitou o alargamento do ensino directo e o progressivo abandono do ensino à distância (via TV). Foi assim possível conseguir a escolarização total do grupo etário 10-12 anos.

O insucesso escolar no ano terminal e em 1986/87 foi de 23.9% no curso normal do ensino oficial, sendo bastante mais elevado no curso intensivo e menor no ensino à distância (telescola). A taxa de prosseguimento de estudos foi de 77.8% em 1986-87.

O rápido alargamento da rede de ensino preparatório não permitiu, particularmente nas ilhas pequenas, o recrutamento e fixação de docentes com habilitações legais em número suficiente.

## 3º Ciclo

O ensino unificado, é ministrado em 24 estabelecimentos, dos quais 15 são escolas preparatórias, 6 são escolas secundárias e 3 são externatos.

O número de alunos foi, em 1987-88, de 8 879, sendo 7 779 do unifi-

*Jose Guilherme Reis*

cado propriamente dito, 693 do liceal geral e 407 do técnico geral. A taxa de escolarização do estrato etário 13-15 anos de cerca de 65% indicia o abandono da escola por parte de alguns alunos após o cumprimento da escolaridade obrigatória.

#### Ensino Secundário

O insucesso escolar é muito elevado, particularmente no 12º ano, havendo uma percentagem alta de alunos reprovados que abandona os estudos antes de concluir o 12º ano.

O número de escolas secundárias é insuficiente para dar resposta à generalização da via técnico-profissional e à introdução da escolaridade obrigatória de 9 anos. A nível de pessoal docente há dificuldades de recrutamento de pessoal qualificado.

#### Ensino Secundário (Ano lectivo 1987-1988)

	Nº
Alunos.....	5 437
Oficial .....	5 397
Particular .....	40
Estabelecimentos .....	15

O ensino técnico-profissional, extinto no final da década de 70 (antigas escolas comerciais e industriais), foi reintroduzido através de vários diplomas, a partir de 1983, sob a forma da via profissional e da via técnico-profissional, mas o seu impacte na Região é ainda diminuto.

#### Ensino Superior

O grau de ensino anteriormente designado de médio atravessa uma fase de reestruturação relacionada com a sua integração no ensino superior.

Para além do Magistério Primário e do Magistério Infantil existem na Região duas Escolas de Enfermagem que asseguram a formação de quadros docentes e profissionais da maior importância para os sectores da Educação e da

*Jose Guilherme Reis*

Saúde.

O ensino superior universitário começou a ser ministrado na Região no ano lectivo 1976-77 com a criação do Instituto Universitário dos Açores, organizado em três pólos e mais tarde transformado em Universidade..

O Pólo Universitário da Horta dedica-se exclusivamente à investigação e à extensão.

Os cursos ministrados são diversificados, predominando as saídas para a via de ensino. Carências diversas ao nível do corpo docente obrigam a que se recorra a docentes a tempo parcial e ao regime de módulos, o que necessariamente afecta a qualidade do ensino.

Ensino Superior	
1977/78	
Alunos.....	1 104
Professores.....	157

A taxa de escolarização do estrato etário 19-24 anos, embora não seja conhecida, deverá ser inferior à taxa nacional (11%).

Ao longo dos últimos anos foi possível universalizar a escolaridade obrigatória de 6 anos. Para tanto foram construídas numerosas infra-estruturas em todo o território regional, facilitando o acesso aos vários graus de ensino e visando já o alargamento da escolaridade obrigatória.

No entanto, a escolarização média dos açorianos é ainda baixa (menos de 6 anos) e subsistem taxas elevadas de analfabetismo na população maior de 14 anos. O insucesso escolar é ainda alto no ensino primário e secundário e são baixas as taxas de escolarização dos estratos etários, 3-5 anos e 19-24 anos.

Subsistem dificuldades no recrutamento de pessoal docente devidamente habilitado e não está ainda suficientemente generalizada a ideia de que a instrução constitui a principal via para a promoção e valorização do indivíduo.



## 8.2 Cultura

A actividade cultural da Região é intensa, tanto a de cunho popular e tradicional, como outras formas não tradicionais, mas que despertam o interesse geral.

O património arquitectónico classificado dos Açores contava, em 1987, com 121 monumentos, imóveis de interesse público e imóveis de interesse concelhio.

O número de museus, casas/museus e casas etnográficas de cunho oficial ou oficializado era de 12 e o de bibliotecas de 5, das quais é de destacar 3 pelo número elevado de leitores e por serem também arquivos.

Os três Institutos uma Sociedade e um Núcleo existentes nas três mais antigas cidades tem vida científica e iniciativas culturais que vão da realização de Semanas de Estudo, Congressos e Colóquios até à edição de boletins e edição e reedição de livros. A par da acção constante destas instituições científicas outras há que promovem festivais de música erudita, de música popular, de folclore, de espeleologia, de arqueologia, de ecologia, de naturalismo e de preenchimento dos tempos de lazer, nomeadamente da juventude.

O número de exemplares de jornais por 1000 habitantes é baixo (cerca de 60) mesmo em termos nacionais.

A TV tem larga audiência através de um canal que cobre já toda a Região, havendo, no entanto, zonas com dificuldades na recepção.

A estação de rádio oficial cobre todas as ilhas e as rádios privadas uma ou mais, uma e outras também com grande audiência.

Ao lado do movimento editorial já referido há ainda a iniciativa governamental, da Universidade dos Açores, de municípios e de editoras privadas, que igualmente avançaram no campo da medalhística.

Um surto de grande actividade é o dos grupos folclóricos, que cresceram de uma escassa dezena ou pouco mais para 52, dos grupos de teatro (23), das filarmónicas (107) e das escolas de música (25), ainda que de



*Jose Guilherme Pereira*

qualidade variada. Um número elevado de sociedades recreativas (84) revela a existência de um certo espírito inovador ao nível comunitário.

### 8.3 Saúde

A generalidade dos indicadores de saúde relativos a meados da década passada indicava a existência de carências graves ao nível do sistema de saúde. Embora mantendo-se o sistema nacional, a regionalização, iniciada com a transferência de competências e alargada com a transferência da responsabilidade financeira, permitiu diversas inovações visando maior operacionalidade do sistema e a sua aproximação às populações.

Para tanto investiu-se nos recursos humanos - médicos, enfermeiros e pessoal técnico - e em infra-estruturas, construindo e equipando hospitais, centros de saúde e suas extensões ao nível de freguesia. Naturalmente os recursos financeiros envolvidos são muito elevados, absorvendo o sector da Saúde em despesas de investimento e de funcionamento cerca de 20% do orçamento da Região.

A evolução registada entre 1976 e 1987, traduzida nos indicadores habituais, é reflexo de avanços e melhorias em matéria de saúde, que, todavia, ainda não foram suficientes para que a Região se situe próximo dos valores médios nacionais.

Em 1979-82 a esperança de vida à nascença era de 66.1 anos para os homens e de 73.2 anos para as mulheres, valores que são inferiores às médias nacionais.

#### Indicadores de Saúde

	1976	1987
Taxa de natalidade .....	21.9	17.4
" " mortalidade .....	12.3	10.4
" " " infantil .....	46.4	16.1
" " " neonatal .....	22.0	14.6 a)
" " " perinatal .....	33.6	21.1 a)
" " " fetal tardia .....	18.2	11.5
Habitantes/médico .....	3 469	716
" /enfermeiro .....	810 b)	435
Camas/1 000 habitantes .....	4.2	4.4

a) 1985; b) 1978.

*Jose Guilherme Pereira*

Entre 1975 e 1987 registou-se um grande incremento dos recursos humanos disponíveis. De notar que a formação de enfermeiros se faz na Região, sendo também possível a especialização de médicos em certas áreas.

	1975	1987
Médicos.....	77	355
Enfermeiros .....	162	584
P. diagnóstico e terapêutica	32	134

A rede de equipamentos colectivos de saúde expandiu-se, com a construção de um novo hospital, vários centros de saúde e a criação de numerosas extensões dos centros de saúde ao nível das freguesias.

	Nº	Valências
Hospitais	3	23
Centros de Saúde c/internam.	13	6 a)
Centros de Saúde s/internam.	4	17 b)
Centro de Oncologia .....	1	5
Centros de Saúde .....	4	1
Escolas de Enfermagem .....	2	-

a) Com 61 extensões; b) com 40 extensões.

A evolução registada nos meios humanos e materiais disponíveis conduziu ao alargamento e à melhoria da assistência prestada. A circunstância de o território estar dividido em nove parcelas dá lugar a dificuldades de recrutamento e fixação de pessoal médico e de enfermagem em certas áreas e ilhas, obrigando também à criação e equipamento de numerosos estabelecimentos e à circulação de doentes entre estabelecimentos para fins de assistência especializada.

#### 8.4 Segurança Social

Todas as ilhas dos Açores, menos o Corvo, têm instituições para a infância e para idosos, assistindo-se, ano após ano, ao seu alargamento a outras

*Jose Guilherme Reis*

freguesias.

Quanto a estabelecimentos para a juventude existem em quatro ilhas e os dedicados à família só em São Miguel.

Todos estabelecimentos ou dependiam de Instituições Particulares de Solidariedade Social (64) ou de casas de povo (7).

	Equipamentos Colectivos	
	N <sup>o</sup>	1986 Capacidade
Infância .....	33	1 864
Juventude .....	14	833
Idosos .....	22	1 089
Família/comunidade .....	2	190
<b>TOTAL .....</b>	<b>71</b>	<b>3 976</b>

Em benefícios a Região pagou, em 1986, cerca de 47 contos por habitante. É de destacar nos benefícios imediatos as prestações por doença, com cerca de 75% das despesas e nos benefícios diferidos as prestações por velhice com mais de 60% das despesas.

De 1985 para 1986 as despesas de protecção social subiram 28,6% (mais de 2650 mil contos) e ascendem a mais de 90% do total das despesas correntes.

As fontes de financiamento da segurança social tinham, em 1986, como principais componentes as cotizações patronais (43,6%) e as cotizações públicas correntes (41,9%), num cômputo superior a 11.400 mil contos.

## 8.5 Habitação

Segundo o último Recenseamento Geral da Habitação (Março de 1981) existiam na Região Autónoma dos Açores 76 395 unidades de alojamento.

Destas, 99.8% destinavam-se ao alojamento familiar, sendo 98,5% alojamentos clássicos. A taxa de ocupação dos alojamentos era de 93.1%, repartindo-se do seguinte modo: residência habitual 83.7%, uso sazonal 5.8% e com ocupante ausente 10.5%. Por ilha, as maiores necessidades correspondiam às mais povoadas e obviamente às ilhas atingidas pelo sismo de Janeiro de 1980. Era, igualmente, nestas ilhas que os alojamentos não clássicos tinham maior expressão.

Relativamente ao mesmo ano, observava-se que 41% dos fogos tinham sido construídos antes de 1919. Quanto aos materiais empregues na construção constatava-se que apenas 4.4% dos edifícios tinham estrutura resistente de betão armado, apresentando os restantes uma estrutura tradicional em pedra, com ou sem argamassa.

Embora o parque habitacional açoriano apresentasse um grau de utilização relativamente baixo (78.2%), a relação entre o número de famílias e os alojamentos clássicos ocupados continuamente (104.4%) evidenciava a existência de mais de uma família por alojamento. A tipologia média dos fogos ocupados era de 3.3 divisões, totalizando os fogos com 3 e 4 divisões 51.2%, enquanto o número médio de residentes por alojamento se situava nos 3.2.

A evolução da cobertura por equipamentos das habitações familiares ocupadas é a indicada no quadro seguinte:

Habitações Ocupadas - Infra-Estruturas e Equipamento

Habitações	%	
	1970	1981
Com água canalizada no alojamento .....	63.9	83.8
Com energia eléctrica .....	52.7	91.4
Com banho .....	21.7	45.3
Com retrete .....	76.6	85.4
Com água, electricidade, banho e retrete	17.9	44.1

Esta evidente melhoria das infra-estruturas e equipamentos habitacionais na década de 70 tem continuado nos anos mais recentes, mercê dos investimentos realizados no abastecimento público de água, na distribuição de energia eléctrica e dos apoios à construção de habitação.

*Jose Guilherme Pereira*

Embora se assista a uma fase de expansão e renovação do parque habitacional, ocorrem ainda situações de carência. Este problema agrava-se ao ter-se em consideração as estimativas de crescimento populacional. As situações de maior carência apresentam-se ao nível das classes de menores recursos económicos, dos jovens e de uma franja da classe média que não têm capacidade de resposta para fazer face ao custo do crédito e da construção.

## 8.6 Saneamento Básico

O abastecimento público de água tem sido a componente deste sector a que tem sido dedicada maior atenção e apoios. Com efeito, enquanto em 1981 a população abastecida por rede pública era de 80,2%, em Abril de 1988 ascendia a 92,7%, encontrando-se 10 municípios totalmente cobertos e 8 municípios abastecidos em mais de 80%.

A rede de distribuição domiciliária atingia, no corrente ano, 2 620 km. Esta rede, essencialmente de fibrocimento, tem uma idade avançada, uma vez que 61,8% foi construída há mais de 10 anos, estando sujeita a frequentes rupturas. Estas características e a deficiente protecção das nascentes, principal fonte de captação, fazem com que grande parte da água de consumo público apresente índices elevados de poluição biológica.

A rede de esgotos domésticos é de reduzida dimensão, sendo apenas servidos alguns agregados populacionais. A maioria dos edifícios rejeita os seus efluentes para fossas sépticas e sumidouros.

A administração regional tem apoiado financeiramente os municípios na resolução das carências em abastecimento de água domiciliária, através de cooperação directa, de bonificações de juros provenientes de empréstimos destinados a financiar este tipo de obras e duma forma mista, conjugando estas duas actuações.

A melhoria do nível de vida verificada na Região e o conseqüente crescimento do consumo induziram o incremento da produção de resíduos sólidos.

*Jose Guilherme Pereira*

dos e a alteração da sua composição, sobretudo em materiais não biodegradáveis.

O sistema de recolha de resíduos abrangia de 90 a 95% dos habitantes, sendo posteriormente depositados em lixeiras onde são abandonados, queimados ou de quando em quando soterrados. Como agravante ocorre a deposição e o abandono de resíduos ao longo dos caminhos e estradas, nas ribeiras e na costa, sucedendo o mesmo com depósitos de entulhos. Não se encontrava instalado na Região nenhum sistema de selecção, reaproveitamento ou reciclagem de resíduos sólidos.

### 8.7 Ordenamento e Ambiente

Na sociedade actual é crescente a necessidade das políticas de desenvolvimento e dos instrumentos de planeamento analisarem de uma maneira global os seus efeitos nos sistemas naturais e humanos. Caso contrário, corre-se o risco de se verificarem retroacções negativas no desenvolvimento pretendido.

Reflectindo o ordenamento do território a organização do espaço físico em que vivemos, ele deve ser a expressão espacial das políticas económica, social, cultural e ambiental, procurando conciliar e rentabilizar as características biofísicas do meio ambiente com as actividades socioeconómicas. O ordenamento visa um desenvolvimento equilibrado e sustentado, logo duradouro, e a melhoria da qualidade de vida, através da gestão responsável dos recursos naturais e da utilização racional do território.

Simultaneamente, é uma prática de aproximação interdisciplinar, fomentando a actuação conjunta e articulada dos diversos sectores de actividade e dos vários níveis de administração, garantindo a diversidade de opções e promovendo efeitos sinérgicos no desenvolvimento.

No caso específico da Região estes aspectos são fundamentais, contribuindo para transformar a condição de insularidade num factor positivo. Para além da Região se situar geograficamente numa zona que a sujeita a



catástrofes naturais, não se pode alhear das limitações dos recursos endógenos, mais vulneráveis nas regiões insulares onde a dinâmica dos sistemas naturais e humanizados se encontram intimamente ligados com reflexos interactuantes. Esta situação, aparentemente adversa, facilita a sua avaliação e a eficácia dos processos e instrumentos de intervenção.

Nos Açores, e considerando que a boa qualidade geral do seu meio ambiente e a beleza das paisagens natural e construída constituem recursos de inegável valor social e económico, vários aspectos de ocupação de solos, gestão de recursos naturais e de qualidade ambiental assumem dia a dia maior importância. Concretamente, e com consequências evidentes em diversos sectores socioeconómicos regionais, tais como a agro-pecuária, indústria, turismo e saúde, consequentemente na qualidade de vida dos açorianos, as prioridades de intervenção situam-se na capacidade de uso dos solos e sua afectação para a construção, nos recursos hídricos, no saneamento básico e na gestão das áreas classificadas.

## 8.8 Protecção Civil

A natureza sísmica e tectónica das ilhas dos Açores, a insularidade e a situação geográfica duma região afectada por ventos e ciclones, levaram a Região a institucionalizar a protecção civil em todas as ilhas e todos os concelhos. Do nível de freguesia ao nível mais elevado há toda uma estrutura operacional pronta a acudir às ocorrências.

A estrutura de protecção civil assenta, fundamentalmente, nas corporações de bombeiros, em comissões de vários níveis, em redes de telecomunicações e em estudos científicos e de prevenção.

As corporações de bombeiros, em número de 17, existem em todos os concelhos menos na Lagoa e Lajes das Flores. Dessas corporações 10 têm instalações adequadas e 7 necessitam da construção ou ampliação dos seus quartéis; igualmente 6 necessitam do equipamento considerado indispensável.



As comissões de protecção civil, embora existam a nível de freguesia, têm a sua expressão mais operacional a nível de concelho.

Já existem duas redes de telecomunicações totalmente operacionais: a dos Membros do Governo Regional e a do Serviço Regional de Protecção Civil. Encontra-se em estudo a rede que há-de ligar as várias corporações de bombeiros.

Para além das redes referidas, há ainda as que pertencem a outras entidades, como a P.S.P, os C.T.T. e as Forças Armadas, para além das pertencentes às Associações de Radioamadores. Os planos de emergência definem a função de cada uma das redes.

Embora já exista a carta de risco sísmico para a ilha de São Miguel há que levar a efeito vários estudos da mesma ou de outra natureza para todas as ilhas no domínio técnico-científico e de prevenção. Para que esses estudos sejam elaborados haverá necessidade de alargar as redes através da aquisição e instalação de equipamento, algum de natureza sofisticada.

A prevenção exige ainda que toda a população participe e actue, pelo que a informação deve ser difundida a nível de todas as famílias. Saber e saber actuar é uma preocupação da prevenção.

Ao lado do esquema clássico de protecção há ainda sistemas de segurança próprios para portos e aeroportos dependentes ou não da Região e os sistemas a nível de empresa ou mesmo de grupos de empresas. Cerca de meia centena de empresas, principalmente da área industrial, dispõem já de sistemas de segurança com encarregados devidamente preparados; no entanto, justifica-se que esta acção se estenda a todas as ilhas e para outras áreas de actividade.





## II - OS FUNDOS ESTRUTURAIS COMUNITÁRIOS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Os fundos estruturais da Comunidade Económica Europeia são os instrumentos financeiros de políticas comunitárias em áreas consideradas chave para o desenvolvimento económico e social.

Qualquer uma destas políticas - Formação Profissional, Política Agrícola e Política Regional - tem como objectivo a harmonização das condições de vida no seio da Comunidade.

As contribuições dos fundos - Fundo Social Europeu, Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola e Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional - não só aceleram a execução de projectos como também permitem disponibilizar verbas do orçamento da Região para outros projectos de investimento em áreas directa ou indirectamente ligadas à dinamização da economia.

Muitas das contribuições canalizadas para a Região através do Fundo Social Europeu são dirigidas directamente para os executantes de cada um dos projectos, o mesmo acontecendo com as participações transferidas ao abrigo de alguns dos Regulamentos do FEOGA - Orientação, nomeadamente as dos Regulamentos 355 e 797. Idêntica situação se verifica no sector das Pescas na aplicação do Regulamento 4 028. Estas transferências quase directas para o sector privado impulsionam e potenciam a melhoria dos meios de produção quer humanos quer materiais.

As contribuições aprovadas pelo Fundo Social Europeu, as provenientes do FEOGA-Orientação e os compromissos do FEDER transferidos para o orçamento da Região têm aumentado continuamente de importância ao longo dos três anos de integração europeia, como se mostra no quadro seguinte:

*Jose Guilherme Reis*

	Contribuição aprovada pelo F.S.E.	FEOGA Orientação	FEDER	Contos Total
1986 .....	105 000	-	1 797 537	1 902 537
1987 .....	372 000	1 852 218(*)	2 870 876	5 095 094
1988 .....	658 000	1 424 739	3 616 918 (**)	5 699 657

(\*) - Inclui algumas verbas referentes a 1986.

(\*\*) Previsão até ao final de 1988 com base nos pedidos de pagamento já formulados.

A totalidade das verbas apontadas, além de terem quase triplicado ao longo dos primeiros anos, aumentaram de importância relativamente aos montantes investidos ao abrigo dos Planos Anuais da Região .

Em 1986, as transferências efectuadas equivaleram a 11,7% dos investimentos do Plano; em 1988 estima-se que essa equivalência atinja cerca de 24%.

A intervenção do Fundo Social Europeu na Região durante o primeiro triénio da integração pode ser caracterizada pelo seguinte quadro:

	Nº de promotores	Nº de participantes nos cursos		
		Jovens	Adultos	Total
1986 .....	5	560	65	625
1987 .....	13	1 605	244	1 849
1988 .....	33	2 562	627	3 189

Em termos gerais, as acções de formação profissional podem caracterizar-se por:

- . crescimento significativo da importância das acções;
- . aumento significativo do número de promotores e diversificação do tipo dos mesmos, com especial importância para projectos apresentados pelas entidades privadas e por Instituições Particulares de Solidariedade Social e outras instituições privadas com e sem fins lucrativos;
- . candidaturas apresentadas por promotores de 5 ilhas da Região (Santa Maria, São Miguel, Terceira, Faial e Pico);
- . predomínio, até ao presente, de acções de formação profissional em

*Jose Guilherme Reis Reis*

- áreas de actividade tradicional;  
 . esquema insuficiente de formação nas áreas da gestão, qualidade, novas tecnologias e formação de formadores.

A intervenção do FEOGA - Orientação tem constituído um importante factor de dinamização da iniciativa privada e de reforço do orçamento regional no apoio ao investimento e modernização dos sectores da agricultura e das pescas. De referir também a atribuição de indemnizações compensatórias que somaram 502 857 contos em 1986/87 e 736 560 em 1988.

### FEOGA - Programa e Projectos de Investimento

	Período	Total Invest.	Compart. Região	1 000 contos	
				Compart. FEOGA	Compart. Total
<b>Regul. (CEE) 355/77</b>					
Prog. Sector Leiteiro.....	1988/90	2 500	400	1 250	1 650
Prog. Sector Carnes.....	1989/93	3 400	840	1 400	2 240
Prog. Sector Pesca.....	1987/89	2 100	400	1 000	1 400
Total.....		8 000	1 640	3 650	5 290
Projectos Aprovados.....	1986/88	2 400	380	1 200	1 580
<b>Regul. (CEE) 797/85</b>					
Projectos Aprovados.....	1986/88	980			387
Regulamento (CEE) 4028/86.....	1987/91	8 300			2 900
Projectos Aprovados.....	1986/88	1 200	238	447	685
<b>Regul. (CEE) 3828/85 (PEDAP)</b>					
Programas Aprovados.....		3 710	1 190	2 370	3 560
Const. e Melhoramento de Caminhos	1987/89	2 100	810	1 200	2 010
Agrupamentos de Defesa Sanitária..	1988/94	820	150	610	760
Form. Profissional e Vulgarização..	1988/92	640	190	450	640
Estudos da Agricultura Açoriana...	1989/92	150	40	110	150

### Intervenção do FEDER - Projectos Apresentados (Áreas de Intervenção)

Áreas de Intervenção	N <sup>o</sup>	Investimento Global	10 <sup>3</sup> Escudos	
			Compromisso	
			Solicitado/Aprovado Valor	% Total
1. Infra-estruturas ligadas a Actividades Produtivas .....	4	344 669	182 699	0,7
2. Infra-estruturas de Transporte .....	77	29 969 629	17 533 401	64,1
3. Infra-estruturas de Telecomunicações .....	2	264 798	145 638	0,5
4. Infra-estruturas Energéticas .....	32	9 333 231	4 339 189	15,9
5. Infra-estruturas Hidráulicas .....	42	5 150 995	2 540 515	9,3
6. Infra-estruturas p <sup>a</sup> Protecção do Ambiente	10	2 253 073	1 498 922	5,5
7. Infra-estruturas Educativas, Sociais, Saúde, etc. ....	10	2 165 107	1 104 552,5	4,0
Total .....	177	49 481 502	27 344 916,5	100,0



Destes projectos, há que referir que 108 já foram objecto de decisão favorável de co-financiamento e representam um compromisso aprovado de pouco mais de 11,5 milhões de contos.

Os projectos objecto de decisão favorável distribuem-se da seguinte forma:

Áreas de Intervenção	N.º	Compromissos (contos)
1. Infra-estruturas ligadas a Actividades Produtivas	3	165 711,0
2. Infra-estruturas de Transporte .....	39	6 328 109,0
3. " Energéticas .....	23	2 379 659,0
4. " Hidráulicas .....	31	1 886 903,0
5. " Protecção do Ambiente .....	6	179 178,0
6. " Educativas, de Saúde, etc. ....	6	577 175,5
TOTAL .....	108	11 516 735,5

De salientar que o maior volume de projectos aprovados se centrou nas áreas consideradas prioritárias, nomeadamente no que se refere à atenuação das dificuldades de acessibilidade quer interna quer externa, os quais, de parceria com os investimentos no sector energético e de abastecimento de água proporcionarão as bases para a animação económica.

De acordo com a nova definição dos objectivos e as missões dos fundos com finalidade estrutural, a Região Autónoma dos Açores é enquadrada nas regiões de objectivo nº 1, ou seja, aquelas em que os fundos deverão "promover o desenvolvimento e o ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas".

Para a concretização deste objectivo o FEDER, o FSE e o FEOGA - Orientação poderão canalizar para estas regiões fluxos financeiros muito mais avultados do que aqueles até hoje disponíveis.

Este aumento das participações comunitárias poderá assumir as formas de:

- . co-financiamento de programas operacionais;



- . co-financiamento pela Comunidade de um regime de auxílio;
- . concessão de subvenções globais, geridas por um intermediário e por ele repartidas em subvenções individuais concedidas aos beneficiários finais;
- . co-financiamento de grandes projectos;
- . apoio à assistência técnica e aos estudos preparatórios da elaboração das acções.

Deste modo, pela apresentação de programas e de projectos que a Região tem em carteira e pela maior disponibilidade de meios financeiros no orçamento da Comunidade é de crer, caso se acelere o ritmo de execução, que as transferências dos Fundos Estruturais venha a aumentar de modo significativo e, desta forma, originar um processo de crescimento acelerado com a correspondente animação económica.

O prosseguimento e a aceleração do desenvolvimento e a redução das profundas disparidades que separam a Região Autónoma dos Açores tanto do Continente Português como das demais regiões da Comunidade obrigam à realização de um conjunto importante de empreendimentos e à aplicação de elevados meios financeiros, que claramente ultrapassam os recursos regionais e mesmo nacionais.

Tal situação de desigualdade e de desvantagem foi, com efeito, objecto de uma Declaração Conjunta assinada quando da adesão de Portugal às Comunidades Europeias:

"As Altas Partes Contratantes (...) tomam nota de que o Governo da República Portuguesa e as autoridades das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira se encontram empenhadas numa política de desenvolvimento económico e social que tem por fim ultrapassar as desvantagens destas Regiões, decorrentes da sua situação geográfica afastada do Continente Europeu, da sua orografia particular, das graves insuficiências de infra-estruturas e do seu atraso económico.

As Altas Partes Contratantes acordam em recomendar, para o efeito, às instituições da Comunidade que dediquem especial atenção à realização dos



objectivos acima referidos".

À luz da letra e do espírito daquela Declaração foi já obtido apoio técnico e financeiro da Comunidade, através dos fundos estruturais, para a execução de diversos projectos de investimento a partir de 1986, que influenciaram positivamente a política de desenvolvimento da Região.

A mencionada Declaração Conjunta e os objectivos e missões dos fundos estruturais das Comunidades e seus regulamentos constituem o suporte essencial dos instrumentos e medidas de política a implementar nos próximos anos, consubstanciados no presente Plano de Desenvolvimento Regional:

#### 1 - Projectos Co-financiados pela Comunidade

Presentemente encontram-se em apreciação pela Comunidade (FEDER) 60 projectos, representando um investimento global da ordem de 25 milhões de contos, e para os quais se solicitou co-financiamento.

Foram também apresentados ao Fundo Social Europeu projectos de acções de formação profissional totalizando 1 090 mil contos, que serão apreciados no corrente ano.

#### 2 - Programa Nacional de Interesse Comunitário para a Região Autónoma dos Açores

Foi elaborado um Programa Nacional de Interesse Comunitário para a Região Autónoma dos Açores, visando o desenvolvimento do turismo, como via prioritária para a diversificação e reforço das actividades económicas não agrícolas e o aproveitamento de recursos próprios da Região.

As estratégias adoptadas para o efeito são:

- Diversificação da oferta
- Maximização das potencialidades de crescimento

O programa é constituído por um vasto conjunto de acções, com



participação tanto do sector público como do privado. Esquemáticamente poderá dizer-se que ao sector público caberá a criação de condições indispensáveis e incentivadoras da aplicação do capital privado, em termos de infra-estruturas, de equipamento de animação e de promoção do destino turístico: ao sector privado competirá a criação de alojamento, de formas de diversão e de preenchimento de tempos livres.

O programa foi objecto de acordo entre a Comissão e a República Portuguesa, tendo obtido parecer favorável do Comité do FEDER em 11 de Novembro findo e aguardando-se para breve a sua aprovação final. O programa, de execução plurianual, prevê a realização de uma despesa pública de 107 966 088 ECUS, sendo a intervenção do FEDER de 72 076 241 ECUS.

### 3 - PEDRAA - Programa Específico de Desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores

Como adiante se justifica a Região elaborou um Programa Específico para o Desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores, abreviadamente designado por PEDRAA, que, aliado às restantes medidas de política, constitui o cerne do plano de desenvolvimento regional e de minimização dos estrangulamentos e condicionantes que têm afectado a sociedade e a economia insular.

O período 1989-92 coincide com o da vigência do Plano de Médio Prazo da Região Autónoma dos Açores, documento produzido e apreciado pelos órgãos executivo e legislativo regionais por força de disposições estatutárias vigentes que explicita os objectivos gerais e sectoriais de desenvolvimento da administração regional e bem assim aspectos relevantes da actividade da administração local e do sector empresarial do estado. O contributo regional para o PDR, elaborado a partir do plano quadrienal tem, assim, por base e enquadramento um conjunto importante de documentos cujo objectivo central é o desenvolvimento da sociedade e da economia açoriana, o que lhe confere as desejáveis coerência e visão de conjunto.

O arquipélago dos Açores constitui uma região de muito pequenas dimensões, tanto física como humana, marcada por múltiplas carências e debilidades típicas das pequenas economias insulares subdesenvolvidas,

*Jose Guilherme Soares*

agravadas por uma localização nitidamente ultra-periférica.

O desenvolvimento de uma região com estas características e nesta situação e a necessidade de adaptação acelerada e profunda da sua economia a padrões e objectivos novos, alguns dos quais de índole marcadamente continental, envolvem necessariamente a correcção, ainda que em termos selectivos, de diversas situações de carência e de atraso estrutural.

A tendência, expressa nos novos regulamentos dos fundos estruturais comunitários, é no sentido da substancial elevação dos montantes mínimos dos programas e projectos elegíveis para fins de co-financiamento. Em pequenas regiões como a dos Açores tal orientação pode conduzir a um empolamento e sobredimensionamento das medidas de desenvolvimento a implementar por forma a torná-las elegíveis, eventualmente e provavelmente em prejuízo de uma estratégia coerente e realista de execução de empreendimentos e medidas de desenvolvimento de dimensão adequada, selectivas e, todavia, actuates e correctivas do cerne das principais carências.

Por este conjunto de razões, expostas em termos sintéticos, mas implícitas no diagnóstico, optou-se por condensar num único programa o conjunto de intervenções a implementar tendo em vista a solução da problemática geral de uma zona insular desfavorecida - o Programa Específico de Desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores (PEDRAA) - que constituirá um dos Programas Operacionais a apresentar pelo país à Comunidade.

Este procedimento justifica-se ainda por permitir:

- Facilitar o controle e avaliação do Programa;
- Minimizar a gestão administrativa, uma vez que se apresenta apenas um Programa Operacional,
- O apoio comunitário a acções de desenvolvimento marginais no quadro de elegibilidade, por as mesmas serem apresentadas numa óptica integrada e não como propostas isoladas;
- Maior realismo e adequação das intervenções às necessidades, já que não existirá "pressão" no sentido de se atingirem os valores mínimos de elegibilidade.





#### 4 - Componente Regional do PEDAP e dos Regulamentos relativos ao FEOGA - Orientação

Na sequência da aplicação do Regulamento (CEE) 3828/85 (PEDAP) e no âmbito das diferentes medidas daquele Regulamento, pretende-se efectuar investimentos quer ao nível das explorações agrícolas quer públicas, que poderão totalizar 7,8 milhões de contos, nas seguintes áreas:

- Formação profissional dos agricultores e dirigentes das organizações de produção;
- Formação de técnicos vulgarizadores;
- A criação e funcionamento de centros de formação;
- Reforço das organizações de produção;
- Criação de agrupamentos de Defesa Sanitária;
- Produção de sementes e viveiros;
- Desenvolvimento florestal e respectivos trabalhos conexos;
- Estudos e investigação no sector agrícola e florestal;
- Melhoramento das estruturas fundiárias que incluem o emparcelamento e o incentivo à cessação da actividade agrícola;
- Melhoramentos fundiários.

No que se refere ao Regulamento (CEE) 2239/86, relativo a uma acção comum para o melhoramento das estruturas vitivinícolas prevê-se investimentos no montante total de 0,5 milhões de contos que irão abranger as operações de arranque e de reconversão e reestruturação da vinha.

#### 5 - Programa de Atenuação da Situação de Ultra-Perifericidade

A literatura especializada tem estudado atentamente a natureza e as razões das desigualdades regionais em zonas de comércio livre e de economia

*Jose Guilherme Pereira*

de mercado, nomeadamente as questões núcleo-periferia ou centralidade-perifericidade.

O desempenho de uma economia nacional é o reflexo do desempenho das diversas economias regionais que a constituem. Assim, se a economia de uma ou mais regiões de um país é ajudada ou entravada pela maior ou menor centralidade-perifericidade, então a própria economia nacional reflectirá a própria vantagem/desvantagem comparativa decorrente de tal situação.

Se uma situação periférica num grande espaço continental representa uma série de obstáculos ao desenvolvimento, uma situação de perifericidade num grande espaço marítimo faz potenciar aqueles obstáculos e implica estrangulamentos novos e particulares.

Constituem limitações especiais das regiões que já se convencionou qualificar de ultra-periféricas as seguintes:

- Grande afastamento, que tem consequências permanentes ao nível das relações económicas normais (termos de troca, equipamentos e manutenção, atrasos de execução, etc.) e de ordem socio-cultural (ensino, circulação da informação, inovação, etc.);
- Insularidade;
- Pequena superfície e carência de recursos naturais, que dão a estas regiões a fragilidade própria das economias de dimensão modesta;
- Relevo acentuado e irregular e clima e situação telúrica instáveis, acentuando a fragilidade da economia;
- Concentração no sector primário das principais produções, tornando as regiões largamente dependentes dos mercados consumidores.

A localização geográfica e a situação socio-económica da Região Autónoma dos Açores no contexto comunitário levaram tanto os governantes nacionais como destacados elementos da Comissão das Comunidades e do Parlamento Europeu a constatar a necessidade de as regiões ultra-periféricas mais atrasadas, que manifestamente é a situação do arquipélago dos Açores, serem objecto de medidas especiais de assistência e apoio.

*Jose Guilherme Reis Reis*

É neste contexto que surge o Programa de Atenuação da Situação de Ultra-Perifericidade, a levar à consideração da Comunidade, em que se enunciam diversos empreendimentos que complementarão medidas especiais de carácter legislativo ou outro que a Comissão das Comunidades poderá vir a adoptar tendo em vista minimizar os efeitos da situação ultra-periférica da Região Autónoma dos Açores.



### III - OBJECTIVOS E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

A razoável satisfação dos requisitos básicos do desenvolvimento, associada à integração na Comunidade Europeia e a importantes desenvolvimentos a nível da definição de novos objectivos e formas de actuação daquela mesma Comunidade, faz com que na formulação das linhas de política a prosseguir na R.A. dos Açores se considerem atentamente as grandes orientações da evolução comunitária no médio prazo e as implicações delas decorrentes.

Numa região insular e periférica, isolada e repartida por nove parcelas, o ajustamento ao padrão de funcionamento preconizado para a Comunidade Europeia será necessariamente profundo, exigindo portanto medidas especiais de acompanhamento e de apoio estrutural que minimizem os riscos de agravamento dos desequilíbrios existentes.

O objectivo comunitário de realização do mercado único em 1992 constitui uma meta extremamente ambiciosa, não só devido à enorme diversidade dos estádios de desenvolvimento dos estados-membros, como pela complexidade e melindre das questões técnicas e políticas subjacentes àquele objectivo.

Não podendo o desenvolvimento ficar confinado a determinados espaços e estratos populacionais, a melhoria e harmonização das condições gerais de vida será uma das ideias-força a reter. Outra terá a ver com a performance da economia, com a sua dinamização e modernização segundo padrões novos e qualitativamente muito mais exigentes.

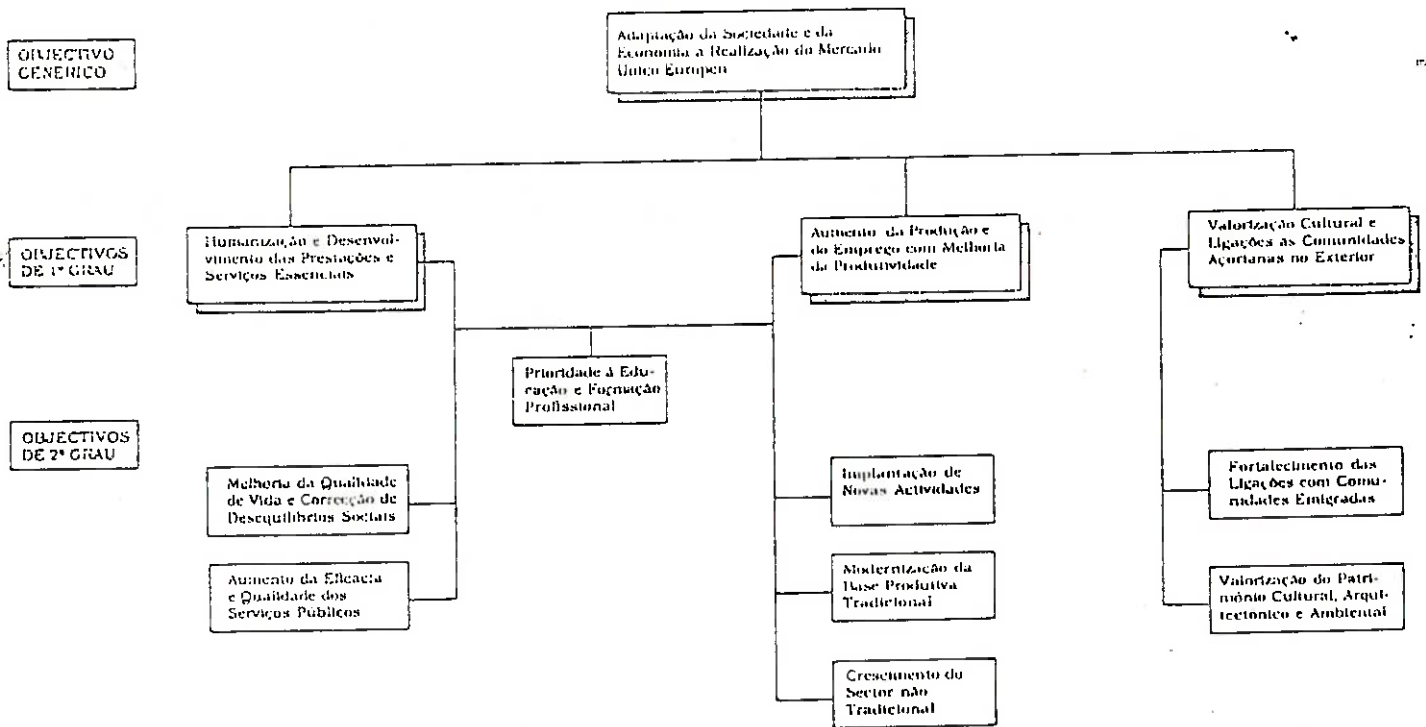
Em termos gerais a evolução da Comunidade Europeia e de cada um dos estados que a constitui obrigará, no plano regional, a um importante ajustamento da sociedade e da economia açoriana, por forma que das novas "regras de jogo" resultem, a prazo, benefícios reais e duradouros para toda a população. Seria ilusório pensar-se que tal ajustamento está isento de dificuldades e de problemas, para mais tratando-se de uma mudança profunda e a ser realizada a ritmo rápido. A alternativa, porém, seria a marginalização, o isolamento

*Jose Guilherme Pereira*

e a estagnação.

Assim, face aos desafios que se perfilam, já no imediato, evidencia-se a necessidade de ser adoptada nos próximos anos uma estratégia global de desenvolvimento que vise uma maior aproximação da Região aos novos padrões, no respeito exigente da matriz e das identidades culturais próprias.

O sucesso da política de desenvolvimento a prosseguir passará obrigatoriamente pela reunião e conjugação dos esforços parcelares e sectoriais, e pela assunção pelos açorianos do papel de principais agentes mobilizadores do desenvolvimento.



Os grandes vectores da política de desenvolvimento a prosseguir são:

- Aumento da Produção e do Emprego com Melhoria da Produtividade
- Humanização e Desenvolvimento das Prestações e Serviços Sociais
- Valorização Cultural e Ligações às Comunidades Açorianas no Exterior.



Há que observar diversas condições prévias para que ocorra a pretendida adaptação da sociedade e da economia.

Uma delas será a correcção de diversas insuficiências na área da educação, que se reflectem em vários indicadores - analfabetismo, taxas de escolarização, insucesso escolar, escolaridade média.

Outra respeita á baixa qualificação profissional da mão de obra. Daí que a formação profissional, nomeadamente dos jovens que concluem a sua formação escolar, deva ser incrementada por forma a constituir um requisito corrente para entrada no mercado de trabalho.

No domínio da educação a Região irá adaptar-se aos imperativos de uma reforma global do sistema educativo cuja estratégia assenta em três grandes objectivos: generalização do acesso à educação, melhoria qualitativa do sistema educativo e sua adequação ao desenvolvimento regional e alargamento e modernização das infra-estruturas educativas. Complementarmente ao sistema de ensino formal, a formação profissional, através da implementação de programas apropriados, constituirá uma via para o aumento da produtividade e uma melhor adequação da mão-de-obra às solicitações do mercado de trabalho.

### **1 - Aumento da Produção e do Emprego com Melhoria da Produtividade**

Em termos estatísticos, o desemprego na Região não tem assumido proporções elevadas, em comparação com o observado noutros espaços, nacionais e mesmo comunitários. Tal facto deve-se mais ao papel que a administração pública tem desempenhado na regulação do mercado do trabalho, à elevada propensão para emigrar e à baixa taxa de actividade da população e menos a uma efectiva resposta por parte do tecido empresarial na absorção de mão-de-obra.

Face às projecções demográficas, que no essencial apontam para um crescimento demográfico, e à manutenção da tendência crescente da taxa de actividade, impõe-se a aceleração do esforço de crescimento económico, de forma a manterem-se as condições básicas de equilíbrio na sociedade, em geral, e da actividade económica, em particular.

*Jose Guilherme Reis*

Tendo em atenção diferenças qualitativas importantes face a padrões nacionais e comunitários, o crescimento económico desejável deverá estar associado a uma estratégia de aumento da produtividade média do factor trabalho.

A consecução deste objectivo não poderá ser realizada através de uma actuação de tipo horizontal, a afectar indiscriminadamente todos os sectores de actividade. De facto, verifica-se que há uma certa dualidade na estrutura produtiva regional, onde, por um lado, se destaca um núcleo restrito de actividades exportadoras ligadas à exploração de recursos primários disponíveis e, por outro lado, um conjunto de actividades produtoras de bens e serviços variados que, pela dimensão do mercado e pela própria natureza dos produtos, não são objecto de "concorrência externa". Desta dualidade resulta a necessidade de uma política diferenciada, mas concertada, em que a afectação dos instrumentos disponíveis tenha em consideração as especificidades próprias da economia.

O papel de motor do crescimento económico assumido pelos órgãos públicos tem vindo, por um lado, a esbater o fraco nível de organização e participação dos agentes económicos, agravado pelo fluxo emigratório que privou o tecido económico de alguns elementos mais dinâmicos, mas, por outro lado, tem constituído elemento de perturbação na definição dos papéis dos diferentes intervenientes no processo social de desenvolvimento.

Sem prejuízo da função supletiva da administração, é ponto relevante da estratégia de desenvolvimento a alteração de comportamentos, visando uma maior responsabilização dos agentes privados, nomeadamente pelo fomento do investimento produtivo, e uma maior transparência na delimitação entre as esferas privada e pública, avançando-se, inclusivamente, pela alienação de participações financeiras detidas pela Região. O processo de privatização em algumas empresas públicas regionais dar-se-á desde que estas evidenciem condições de viabilidade e solidez.

À satisfação deste objectivo deverão ser afectos três objectivos parciais, de nível inferior, os quais, a um tempo, serão os instrumentos para a consecução do objectivo genérico enunciado, e, por outro lado, enquadrarão os contributos dos diversos departamentos públicos responsáveis pela promoção de medidas e acções de desenvolvimento.

*Jose Guilherme Pereira*

### 1.1 - Modernização da Base Produtiva Tradicional

O essencial da base produtiva regional concentra-se ao nível do sector primário e primeira transformação. As principais actividades, ao contrário do que se passa ao nível da generalidade do sector primário no restante espaço nacional, situam-se em produções consideradas excedentárias a nível comunitário e, por isso mesmo, potencialmente sujeitas a uma forte pressão e regulamentação no sentido do controle do seu crescimento quantitativo. Todavia, face às características próprias da economia regional e à escassez de recursos endógenos fora do contexto daquelas actividades, alterações bruscas nos equilíbrios existentes poderão ocasionar situações de ruptura com efeitos imprevisíveis. Neste sentido, releva-se a importância de acções conducentes a uma melhor adequação da estrutura de custos de produção, o incentivo ao redimensionamento mais competitivo das empresas, o apoio nas funções de aprovisionamento de matéria prima e escoamento do produto final e no abastecimento em condições razoáveis de preço e qualidade de alguns inputs, cujo fornecimento é da responsabilidade pública - energia e água.

Paralelamente, dever-se-á considerar a saída previsível de activos em segmentos saturados em mão-de-obra, com produtividades marginais muito baixas. A promoção de medidas específicas no sentido da expansão quantitativa em áreas "limpas" de constrangimentos de índole institucional revela-se também importante como meio de absorção de excedentes pontuais em mão-de-obra.

### 1.2 - Dinamização do Sector Produtivo não Tradicional

As actividades existentes fora do contexto do sector básico são variadas, geralmente assentes em estruturas empresariais de tipo familiar, de pequena dimensão, cuja área de influência no mercado raramente ultrapassa o âmbito concelhio ou da ilha da localização dessas unidades. Todavia constituem parte importante da estrutura da economia, quer no que toca à geração de riqueza, quer também na ocupação de mão-de-obra.

A promoção da expansão das empresas existentes e o aparecimento de





novas unidades, facilitando procedimentos burocráticos, concedendo estímulos financeiros ao investimento, em função do espaço de implantação das actividades e da capacidade geradora dos projectos em postos de trabalho, a promoção de medidas que visem uma verdadeira integração do mercado regional, deverão constituir alguns dos vectores principais na condução das políticas sectoriais, os quais devem ser devidamente estudados e ponderados, já que este segmento da economia poderá vir a desempenhar um papel importante quer na criação líquida de novos empregos, quer no amortecimento de alguns efeitos da modernização do sector básico.

O turismo será objecto de medidas especiais de promoção e desenvolvimento e integrado no "núcleo forte" da economia regional em consequência de um vasto conjunto de iniciativas de investimento consubstanciadas num Programa Nacional de Interesse Comunitário com incidência no turismo.

### 1.3 - Implantação de Novas Actividades

As necessidades de criação de emprego estimadas poderão ultrapassar, eventualmente, a capacidade de investimento local.

A promoção de incentivos fortes poderá despertar o interesse de investidores externos, cujos projectos de investimento são necessários ao equilíbrio do balanço do trabalho, na penetração de novas actividades e tecnologias e na rendibilização de algumas infra-estruturas construídas.

Evidencia-se neste âmbito a promoção da Zona Franca e suas extensões, em que, para além dos incentivos de ordem financeira, se poderão juntar outros normalmente vedados à actividade interna, como são por exemplo os incentivos de natureza fiscal e aduaneira.

## 2 - Humanização e Desenvolvimento da Oferta de Prestações e Serviços Essenciais

O considerável esforço realizado na criação e desenvolvimento de mecanismos virados para as prestações sociais e serviços essenciais, área privi-



legiada de intervenção do sector público, deve ser mantido na perspectiva do acompanhamento do processo de ajustamento social que irá ocorrer.

Os mecanismos básicos existem. Há que desenvolver a sua operacionalidade, coordenar a sua actuação evitando sobreposições e "zonas brancas" e geri-los com uma permanente preocupação de eficácia e de adequação dos benefícios aos custos.

Irá requerer-se dos serviços públicos de índole social que criem e mantenham condições de equilíbrio social que não só não prejudiquem como propiciem o desenvolvimento da actividade económica.

Para a satisfação deste grande objectivo de desenvolvimento propõem-se duas grandes linhas de actuação

#### 2.1 - Aumento da Eficácia e Qualidade dos Serviços Públicos

O processo autonómico permitiu uma forte descentralização na condução da política de índole social. A situação de atraso que então se verificava, a qual poderia ser constatada em quase todos os índices mais relevantes, obrigou a uma intervenção forte por parte das autoridades públicas regionais, actuando-se de forma ampla e maciça aos diversos níveis. Este esforço de descolagem nas diversas áreas só foi possível graças à mobilização de importantes meios financeiros.

Face às necessidades ainda por satisfazer, revela-se como fundamental a preocupação constante da melhoria da eficácia dos meios existentes, a qual deverá ser complementada por acções que visem a racionalização de despesas e a melhoria progressiva da gestão dos serviços.

Estas acções são importantes, já que os seus efeitos não se esgotam no âmbito sectorial, pois têm um efeito lateral positivo nas restantes áreas de intervenção pública, ao libertar meios financeiros escassos para o prosseguimento da política regional.



## 2.2 - Melhoria da Qualidade de Vida e Correção de Desequilíbrios Sociais

A natureza dispersa do território e a desigual expressão do povoamento das diversas parcelas, exigem uma contínua correção da formulação da política social, de forma a promover-se um desenvolvimento harmonioso das condições de vida em todo o espaço regional. As características do meio físico e humano e contingências de percurso, onde se destaca o sismo de 1980, provocaram alguns desequilíbrios. Assim, uma das prioridades de actuação neste domínio passará pela harmonização da oferta de serviços sociais, com o consequente ataque a situações pontuais de desajustamento, principalmente no que concerne as áreas habitação, saneamento básico e saúde.

## 3 - Valorização Cultural e Ligações às Comunidades Açorianas no Exterior

A progressiva europeização de diversos padrões de ordem social e económica não significa necessariamente, nem desejavelmente, a descaracterização cultural da Região. Os Açores constituem uma fronteira, anteriormente nacional e agora comunitária, uma zona em que se entrecruzam influências diversas que são parte e elemento enriquecedor de uma identidade cultural a manter e a valorizar.

As relações estreitas com as numerosas comunidades açorianas no exterior contêm em si mesmas uma componente de inovação e de modernidade que pode contribuir positivamente para o desenvolvimento da Região. O fortalecimento das ligações com as comunidades emigradas, será pois um objectivo a prosseguir.

A realização deste grande objectivo passa por duas grandes linhas de actuação.

### 3.1 - Valorização do Património Cultural

Seja para fruição pelos residentes, seja como elemento enriquecedor da oferta turística, que se pretende diferenciada e de qualidade, deverá ser apoiado, valorizado e divulgado o património cultural açoriano nas suas vertentes histórica, arquitectónica, urbanística, etnográfica e das manifestações populares tradicionais de cariz religioso ou de diversão.

### 3.2 - Fortalecimento das Ligações com as Comunidades Emigradas

Em todos os estudos sobre o turismo na Região é evidenciada a importância do enorme potencial que o chamado "mercado étnico" representa, tanto na fase de arranque, como nas fases subsequentes, desde que ao nível de transporte aéreo do exterior e na circulação intra-regional não existam estrangulamentos. O aumento do volume deste tipo de visitantes trará reflexos benéficos para o desenvolvimento da actividade turística nos centros urbanos e para a valorização das zonas rurais de origem, para além de introduzir nestas elementos de inovação cultural e também de índole económica.

É plausível e desejável que uma outra consequência do fortalecimento das ligações com as comunidades emigradas seja a iniciativa de implantação de actividades produtivas de natureza inovadora que aproveitam as infra-estruturas produtivas instaladas e os regimes de incentivos ao investimento adoptados.

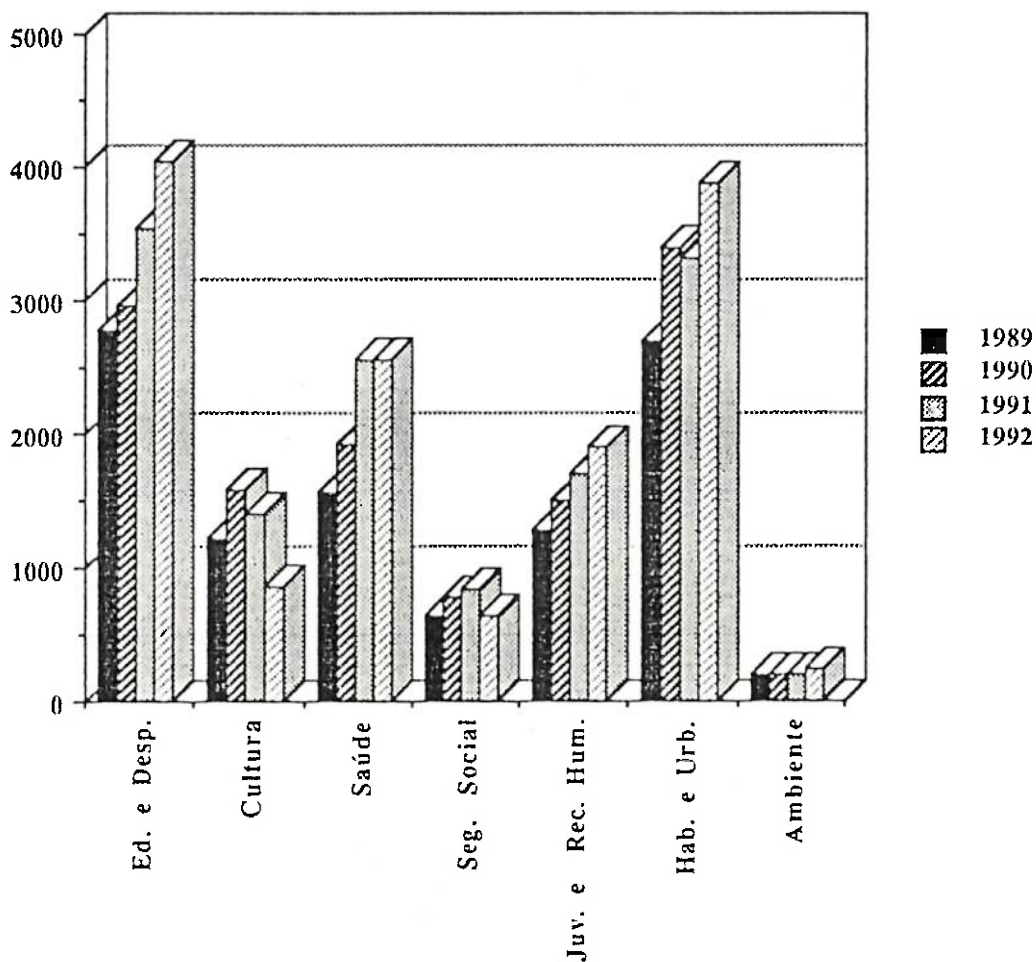
*Jose Guilherme Reis Lima*

#### IV - POLÍTICAS SECTORIAIS E PROGRAMAÇÃO

##### 1. - SECTORES SOCIAIS

Ao conjunto dos sectores sociais caberá no quadriénio, o equivalente a 29,3% das verbas orçamentadas para o Plano de Médio Prazo, o que reflecte a importância que é atribuída às prestações sociais e serviços essenciais no processo de desenvolvimento da Região.

Mil Contos





Ao sector da Educação e Desporto caberá mais de um quarto da dotação dos sectores sociais (26,4%), sobressaindo o programa "Construções Escolares".

O sector da Habitação e Urbanismo, com 26,3% da dotação do sub-total, engloba o programa "Apoio à Habitação" que visa atenuar carências especiais nesta matéria.

No sector da Saúde, com 17,1% da dotação do sub-total, relevam-se pela sua importância no plano dos serviços essenciais os programas "Construção de Unidades de Saúde" e Beneficiação e Equipamento de Unidades de Saúde".

O programa "Formação Profissional", cujo conteúdo corresponde ao objectivo de valorização do factor trabalho, constituirá o principal empreendimento na área da Juventude e Recursos Humanos, a que corresponde 12,6% da dotação dos sectores sociais.

Os programas dos sectores da Cultura, da Segurança Social e do Ambiente, com 10,1, 5,8 e 1,7% respectivamente da dotação do sub-total, completam um conjunto de empreendimentos cuja execução quadrienal envolverá o dispêndio de 50,4 milhões de contos.

### **Educação e Desporto**

A Política a prosseguir orientar-se-á, fundamentalmente, no sentido de proporcionar o acesso generalizado à educação, alargar e modernizar a rede de infra-estruturas educativas, melhorar, em termos quantitativos e qualitativos, o sistema de ensino e adequá-lo, ao desenvolvimento regional e, ainda, apoiar e incentivar a prática do desporto, perspectivado este como uma componente essencial do processo educativo da infância e da juventude.

Estes grandes vectores, que naturalmente consubstanciam um diversificado conjunto de objectivos específicos, encontrarão a sua expressão concreta através da execução das medidas que a seguir se enunciam:

- expansão progressiva da educação pré-escolar, dados os seus



benefícios reflexos no sucesso educativo ulterior;

- garantia da escolaridade generalizada, não só para que se cumpra o princípio da escolaridade obrigatória mas também e a longo prazo a valorização sociocultural da população;
- incentivo ao acesso ao ensino superior e assegurar à Universidade os meios e as condições que lhe propiciem o adequado exercício das suas variadas áreas de actuação;
- alargamento e modernização da rede de estruturas físicas e providenciar para que estas sejam dotadas dos equipamentos e requisitos pedagógicos indispensáveis;
- adequação do sistema educativo à realidade socioeconómica regional e à dinâmica do mundo do trabalho, privilegiando os planos de estudo de índole profissionalizante e programando, para as instalações, espaços especificamente adaptados a esse objectivo;
- dotação do sistema de ensino, em termos quantitativos e qualitativos, dos necessários recursos humanos;
- apoio aos esquemas de acção social escolar, no entendimento de que esta constitui um poderoso incentivo para uma escolaridade generalizada;
- contribuição para a criação e mais ampla difusão de hábitos de prática desportiva e promoção da implantação de estruturas físicas que sirvam de suporte à mesma.

## PROGRAMAÇÃO

### Programa nº 1 - Construções Escolares

#### Objectivos:

- A necessidade de generalizar o acesso à educação pré-escolar, a

*Jose Guilherme Reis Lima*

atenção a dedicar ao evoluir do sistema educativo, designadamente aos aspectos que respeitam ao alargamento da escolaridade obrigatória e ao seu natural prosseguimento, o empenhamento na difusão do ensino profissionalizante, o propósito de diminuir as taxas do insucesso escolar e ainda a criação de condições que incentivem a frequência do ensino superior são algumas das metas que se desejam atingir com vista à melhoria do processo educativo regional e que pressupõem a existência de estruturas físicas adequadas;

- O programa, ao prever, para todos os níveis de ensino, a execução de novas instalações e a adequação e a modernização de outras, constituirá, pois, um dos factores determinantes do êxito do processo anteriormente aludido;
- De considerar, também, que, em estreita ligação e como complemento das acções antes referidas, o programa contempla o melhoramento do parque escolar existente, com o objectivo de garantir a sua preservação e funcionalidade e, obviamente, de impedir a sua degradação;
- De notar ainda e por último, a inserção no programa de acções respeitantes à construção de residências escolares, as quais, pelas facilidades que proporcionam, são contributo decisivo para uma escolarização generalizada.

Dotação global..... 10 090,0 mil contos

**Programa nº 2 - Aquisição de Equipamentos para Estabelecimentos de Ensino**

**Objectivo:**

- Proporcionar aos estabelecimentos de todos os níveis requisitos de ordem pedagógica que não só facilitarão a função docente/discente como se reflectirão, de forma positiva, na qualidade do ensino e nos índices de rendimento escolar;

Dotação global ..... 685,0 mil contos



*Jose Guilherme Reis Luis*

**Programa nº 3 - Instalações e Actividades Desportivas**

**Objectivos:**

- Criação e difusão de forma mais ampla os hábitos de prática desportiva;
- Construção e apoio à construção de estruturas que sirvam à prática desportiva.

**Dotação global..... 2 534,0 mil contos**



## Ciência e Tecnologia

A Ciência e Tecnologia são desde há muito um factor de progresso cuja importância tem vindo a aumentar continuamente. Do seu planeamento e gestão correcta dependerá o futuro de muitas regiões, países e zonas geográficas mais amplas.

A importância da Ciência e Tecnologia deriva não só das implicações para os diversos sectores da economia e sociedade em termos dos avanços introduzidos, como também do emprego de alta qualidade que ela gera.

Os problemas decorrentes do planeamento e gestão de políticas de Ciência e Tecnologia revestem particular acuidade no caso das regiões mais desfavorecidas, cuja fragilidade estrutural e localização ultra-periférica exigem um esforço acrescido de modernização com vista à eliminação das disparidades de desenvolvimento e ao aumento da competitividade, nomeadamente na perspectiva da entrada em vigor do Acto Único.

Os Açores encontram-se numa situação de dupla perifericidade se se considerarem o seu afastamento do continente europeu e as suas características insulares. De facto, se Portugal apresenta um défice tecnológico relativamente à Europa, os Açores apresentam ainda um défice muito grande relativamente ao Continente, não obstante os passos importantes já dados com a criação da Universidade dos Açores e a dinamização da investigação levada a cabo por ela.

É urgente que a Ciência e Tecnologia sejam dinamizadas nos Açores de modo a que a Região possa melhor enfrentar os desafios de modernização que se lhe colocam num futuro imediato.

Nos próximo quatro anos serão criadas condições de fixação de investigadores, contribuindo assim para o desenvolvimento de diversos sectores e para a criação de um novo pilar da economia dos Açores, baseado em actividades científicas e gerador de um elevado nível de riqueza.

Simultaneamente será necessário fixarem-se objectivos e metas realistas, que corrijam progressivamente o desfasamento da Região em relação a outras mais desenvolvidas.



## Cultura

Em matéria cultural, a política a desenvolver será orientada para a satisfação de dois princípios fundamentais: por um lado a defesa do património cultural através de acções de preservação, recuperação e valorização de monumentos e imóveis, bem como de núcleos e espaços urbanos com valor arquitectónico ou interesse histórico e, por outro, o fomento da cultura mediante o apoio à actividade de instituições culturais, de sociedades e de grupos.

Haverá, entretanto, e em paralelo, que prosseguir o processo de montagem de casas de etnografia, que assumirão o papel de salvaguarda e testemunho dos valores histórico-etnográficos da população açoriana, que dar continuidade ao plano de recuperação dos imóveis danificados ou destruídos pelo sismo de 1980 e, ainda, organizar o inventário do valioso património artístico e cultural da Região.

A comunicação social é um dos principais veículos de aproximação dos Açorianos e é aquele que melhor colocado se encontra para atenuar os efeitos da insularidade.

A sua tarefa informativa/formativa requer meios técnicos cada vez mais aperfeiçoados e profissionais cada vez mais bem preparados, o que nem sempre é possível por parte da comunicação social privada, quer pela sua pequenez, quer pela dimensão do mercado, quer, ainda, por se estar perante uma realidade de nove ilhas.

Justifica-se, assim, o apoio à comunicação social privada em diversos campos, ao lado da melhoria dos órgãos oficiais, de modo a todos os Açorianos terem igual acesso à informação.

**PROGRAMAÇÃO****Programa nº 4 - Animação e Actividades Culturais****Objectivos:**

- Apoio às actividades das instituições culturais e científicas;
- Manutenção e estímulo das manifestações artísticas de sociedades e grupos culturais e recreativos;
- Apoio à criatividade dos indivíduos e dos grupos.

Dotação Global..... 284,0 mil contos

**Programa nº 5 - Defesa e Valorização do Património Cultural****Objectivos:**

- Preservação, recuperação e valorização de monumentos e imóveis bem como de espaços e núcleos urbanos com reconhecido valor histórico ou arquitectónico;
- Recuperação do património imobiliário danificado ou destruído pelo sismo de 1.1.80;

Dotação Global ..... 4 147,0 mil contos

**Programa nº 6 - Apoio aos Media****Objectivos:**

- Financiamento das acções complementares da cobertura televisiva e radiofónica;

*Prof. Fernando Augusto*

- Apoios à comunicação social privada;
- Estímulos à informatização das redacções;
- Valorização profissional dos trabalhadores dos diversos ramos.

Dotação Global..... 650,0 mil contos

*Jose Guilherme Pereira*

## Saúde

Em 1984 as acções e medidas de política referenciavam-se por um princípio que garantia a todos "o direito à protecção da saúde e o dever de a defender e promover", prosseguindo a organização gradual do sistema de saúde adequado às características da Região.

No quadridénio que agora se inicia, destaca-se a continuação da política de investimento na actualização e modernização da rede de Saúde, na cooperação entre serviços públicos e privados, na investigação e formação e na melhoria da gestão dos recursos. Assim, pretende-se estabelecer princípios de gestão criteriosa dos recursos, melhorar a eficácia de resposta e qualidade dos serviços, adequar a rede física de apoio do sector aos padrões mínimos estabelecidos, garantir a formação base e pós-base dos profissionais do sector e promover a investigação e estudos.

## PROGRAMAÇÃO

### Programa nº 7 - Construção de Unidades de Saúde

#### Objectivo:

- Dotar a Região de infra-estruturas adequadas à prestação de cuidados de saúde;

Dotação Global..... 5 695,0 mil contos

### Programa nº 8 - Beneficiação e Equipamento de Unidades de Saúde

#### Objectivo:

- Beneficiação e ampliação das unidades e serviços de saúde já



**Programa nº 9 - Apoio à Fixação de Pessoal de Saúde**

**Objectivo:**

- Construção de alojamentos para pessoal de saúde, como incentivo à sua fixação em zonas consideradas carenciadas e libertação de espaços actualmente reservados à habitação em alguns edifícios da rede de saúde;

Dotação Global ..... 60,0 mil contos

**Programa nº 10 - Investigação, Formação e Informatização**

**Objectivos:**

- Fomento da investigação científica e financiamento da divulgação de trabalhos;
- Atribuição de bolsas de estudo ao pessoal da saúde;
- Realização de encontros, conferências, colóquios, congressos e outras acções consideradas de interesse para os profissionais do sector ou participação nas iniciativas de outrem da mesma natureza;
- Racionalização, modernização e melhoria da qualidade de resposta dos serviços.

Dotação Global ..... 212,0 mil contos

*Jose Guilherme Reis Lima*

## Segurança Social

Será dado seguimento à política de investimentos sociais anteriormente seguida com vista a dotar a Região de uma rede de equipamentos sociais tão vasta quanto possível.

Serão, assim, implementadas todas as acções concretas e necessárias a tornar realidade os objectivos governamentais constantes do seu programa na área da segurança social.

As linhas de actuação promoverão o aprofundamento e melhoria de organização administrativa, o aprofundamento da investigação social, a reformulação de novas políticas sociais pragmáticas que deem resposta aos problemas sociais de natureza estrutural e a implementação de políticas de formação profissional e de informação visando dotar os quadros regionais de uma maior e melhor capacidade de resposta para as questões surgidas no dia a dia e de um conhecimento mais seguro do conteúdo da segurança social.

## PROGRAMAÇÃO

Programa nº 11 - Apoio a Instituições de Solidariedade Social

### Objectivos:

- Facilitar o acesso a equipamentos colectivos tais como creches, jardins de infância e centros de convívio e, como última alternativa, ao internamento;
- Criação das condições necessárias ao estabelecimento de uma convivência organizada e devidamente orientada por pessoal tecnicamente habilitado nos estabelecimentos ao nível da infância,



*Jose Guilherme Reis*

contribuindo, desse modo, para um desenvolvimento psico-social harmonioso que facilitará a posterior integração no ensino obrigatório;

- Criação de melhores condições para os jovens privados de meio familiar normal através de internatos funcionando segundo métodos científico-pedagógicos actualizados;
- Criação de condições para implementação do serviço de apoio domiciliário em novas áreas e reestruturação de alguns equipamentos colectivos para idosos de modo a dar uma melhor resposta às suas necessidades;

Dotação Global..... 1 846,0 mil contos

#### Programa nº 12 - Apoio à Comunidade

##### Objectivos:

- Criação das condições necessárias ao desenvolvimento de actividades sociais, culturais e recreativas, através da construção e melhoramento dos edifícios polivalentes, instalando em cada freguesia terminais de saúde e segurança social, com vista a uma melhoria dos serviços a prestar;
- Realização de estudos que permitam identificar áreas de desajustamento social, de modo a possibilitar a actuação da acção social de uma maneira interdisciplinar.

Dotação Global ..... 937,0 mil contos

*Jose Guilherme Reis Reis*

Programa nº 13 - Instalações e Equipamentos de Serviços de  
Segurança Social

Objectivo:

- Dotação dos serviços de segurança social de instalações capazes e de meios técnicos que permitam melhorar o apoio às populações e criação de serviços em zonas deles carecidos;

Dotação global..... 124,0 mil contos

*Jose Guilherme Pereira*

## Juventude e Recursos Humanos

A melhoria da produção, do emprego e o incremento da produtividade passam necessariamente pelo reforço do investimento na requalificação, aperfeiçoamento e reconversão dos recursos humanos já empregues e pela formação profissional dos que, num futuro próximo, integrarão a mão-de-obra disponível, nomeadamente os provenientes do sistema formal de ensino.

No sentido da prossecução deste objectivo, a política a prosseguir aponta para um substancial alargamento das áreas formativas actualmente existentes e para a expansão das estruturas de formação profissional.

O desenvolvimento do esquema de formação/informação, permitindo uma maior igualdade de oportunidades, constitui igualmente uma das prioridades da política relativa aos recursos humanos.

A política a implementar será dirigida preferencialmente para os grupos e sectores considerados como mais vulneráveis ou prioritários, destacando-se nomeadamente os jovens e as mulheres, os quais aliam a uma insuficiente preparação profissional a uma nula ou reduzida formação profissional de base.

Indirectamente atingir-se-ão outros objectivos como uma qualidade de vida e correcção de situações de desequilíbrio social.

A política de juventude, em particular, consubstanciará como pressupostos básicos a coordenação, coesão e interligação sectorial das medidas a implementar a diferentes níveis: económico, social e cultural.

Esta política passa necessariamente pelo envolvimento activo dos próprios jovens, pelo que se procurarão criar os mecanismos indispensáveis à intervenção desses mesmos jovens no processo de transformação que continuamente ocorre.

A criação de mecanismos de estímulo e apoio à capacidade de iniciativa dos jovens como futuros empresários ou através de actividades independentes, a afectação de recursos financeiros/materiais destinados à

*Jose Guilherme Pereira*

aquisição ou construção de casa própria, bem como o apoio ao associativismo juvenil constituirão os principais meios a utilizar na prossecução de uma valorização cultural do jovem em particular e da sociedade em geral.

### PROGRAMAÇÃO

#### Programa nº 14 - Apoio à Juventude

##### Objectivos:

- Apoio a actividades desenvolvidas pelas associações juvenis que visem, nomeadamente, objectivos socioculturais, educativos, artísticos e científicos, bem assim a criação de infra-estruturas necessárias ao seu funcionamento;
- Criação de mecanismos de ordem financeira e material que facilitem aos jovens a aquisição ou construção de casa própria;
- Criação de mecanismos de estímulo e apoio à capacidade de iniciativa e ao espírito empreendedor dos jovens empresários e outras actividades independentes;

Dotação global ..... 1 274,0 mil contos

#### Programa nº 15 - Estruturas Físicas

##### Objectivos:

- Construção de infra-estruturas no C.F.P.A. para abertura de novas áreas formativas, nomeadamente na área da mecânica-auto;
- Criação de esquemas de formação/informação, permitindo uma maior igualdade de oportunidades;

Dotação global ..... 424,0 mil contos

*Jose Guilherme Reis Lima*

**Programa nº 16 - Formação Profissional**

**Objectivos:**

- Apoio a acções de formação profissional destinadas à valorização dos recursos humanos;
- Apoio a acções de qualificação, nomeadamente de jovens, afim de permitir a sua inserção no mercado de trabalho;
- Apoio a acções de formação dos activos já empregados e de estratos mais atingidos pelo desemprego.

Dotação global ..... 4 677,0 mil contos



## Habitação e Urbanismo

A habitação é uma necessidade permanente de bem estar social que cresce na razão do aumento populacional, do número de famílias e da melhoria do nível de vida.

No seguimento dos efeitos positivos produzidos no parque habitacional regional pela política adoptada anteriormente, pretende-se ampliar o apoio aos cidadãos na aquisição de casa própria. Para o efeito vai ser modificado o quadro legal em que se têm baseado os apoios à auto-construção e à recuperação do parque habitacional.

O crédito à habitação é um instrumento vital para o êxito das medidas de política habitacional. A contenção do crédito é para os Açores um forte estrangulamento devido às suas especificidades próprias e limitações do mercado.

O custo médio unitário de área construída tem crescido incessantemente, sendo necessário inverter esta tendência. A dimensão, muitas vezes, é desajustada, relativamente às disponibilidades e à capacidade financeira dos proprietários. Há que racionalizar e apoiar os candidatos à construção de habitação própria, com vista à rentabilização dos recursos e à resolução deste problema o mais breve possível.

Concomitantemente ao apoio à construção de casa própria, será mantido o apoio à recuperação do parque habitacional, estabelecendo-se prioridades em função das necessidades globais e das disponibilidades.

A escassez do solo e o custo das infra-estruturas obrigam à adopção de uma política adequada na volumetria e tipologia das construções nos meios urbanos.

No âmbito de uma política global de ordenamento do território, baseado nas opções de desenvolvimento económico e social e nos equilíbrios intra-regionais, avultam como principais instrumentos os planos de urbanização e os de pormenor. Neste quadro dever-se-á inserir o controlo do crescimento dos grandes centros populacionais, através da gestão de planos de



ordenamento, facilitando o acesso dos cidadãos a todos os locais, por meio de uma política coordenada de acessos e boas vias de comunicação.

Há que assegurar o enquadramento das infra-estruturas, dos equipamentos e do desenvolvimento urbano em planos urbanísticos no âmbito de um correcto ordenamento do território. Há que garantir um apoio prioritário ao poder local nos domínios do urbanismo e do saneamento, no âmbito de uma política regional concertada.

Será prestada especial atenção à resolução do problema da instalação dos serviços públicos regionais, recuperando e conservando as instalações existentes.

Manter-se-á o apoio financeiro e técnico a diversas entidades particulares de interesse colectivo tendo em vista a construção, reparação e conservação das suas sedes.

## PROGRAMAÇÃO

### Programa nº 17 - Apoio à Habitação

#### Objectivos:

- Fomentar a construção de habitação própria;
- Conter o custo da construção;
- Evitar a especulação na venda dos terrenos afectos à construção urbana;
- Apoiar a recuperação e modernização do parque habitacional.

Dotação Global..... 9 300,0 mil contos

**Programa nº 18 - Ordenamento Urbanístico****Objectivos:**

- Cartografia de todas as ilhas da Região, às escalas adequadas para a intervenção no ordenamento, contendo toda a informação ecológica, agrícola, ou outra;
- Cartografia das zonas urbanas, para a elaboração de planos de urbanização e pormenor;
- Todo o apoio técnico necessário às Câmaras Municipais, no domínio do urbanismo (elaboração de planos e estudos de urbanismo).

Dotação Global..... 700,0 mil contos

**Programa nº 19 - Equipamentos Colectivos****Objectivos:**

- Melhoria das condições de trabalho dos serviços públicos regionais através da construção e beneficiação dos edifícios destinados à sua instalação;
- Melhoria das instalações das entidades particulares de interesse colectivo, através de apoios técnicos e financeiros;
- Redefinição dos espaços destinados à área administrativa dos grandes centros urbanos.

Dotação Global ..... 2 980,0 mil contos



*Jose Guilherme Reis Reis*

Programa nº 20 - Gestão de Águas

Objectivos:

- Protecção da qualidade nos aquíferos, adquirindo-se os terrenos necessários das suas bacias hidrográficas;
- Colaboração com as Autarquias nas novas captações, em especial nas de maiores caudais;
- Protecção e limpeza das principais ribeiras e intervenção nos licenciamentos na periferia destas linhas de água.

Dotação Global..... 300,0 mil contos

*Jose Guilherme Reis*

## **Ambiente**

O modelo de desenvolvimento económico e social da Região terá de se ajustar aos seus sistemas ambientais e de recursos naturais, já que estes funcionam em circuito fechado, sempre como fonte de recursos para o desenvolvimento e como receptor dos subprodutos e disfunções desse desenvolvimento.

As relações existentes entre os sistemas ambientais e os processos de desenvolvimento manifestam-se a vários níveis, espaciais e temporais, devendo a promoção do ambiente ser complementada por medidas de política que tornem as acções de controlo ambiental estimulantes do desenvolvimento económico.

Os programas de protecção ambiental não devem ser avaliados apenas do ponto de vista do seu impacto sobre as diversas variáveis macroeconómicas. Há que levar em linha de conta os efeitos benéficos, que não são passíveis de quantificação, sobre a conservação da natureza, os recursos hídricos, o nível de poluição e, de forma mais geral, a qualidade de vida das populações.

A implementação do Mercado Único e o crescimento económico daí esperado são um desafio e uma oportunidade para o reforço da política do ambiente na Comunidade. Como componente essencial das políticas comunitárias sectoriais e regionais, deverá permitir a conservação, protecção e melhoramento do meio ambiente e a utilização racional dos recursos naturais, de forma a que seja possível conseguir um desenvolvimento sustentado.

Os investimentos na preservação e protecção do ambiente que são imprescindíveis, devem traduzir-se na optimização das capacidades naturais, patrimoniais e humanas da Região num modelo de desenvolvimento económico e social cujos limites se definem a partir do equilíbrio entre a disponibilidade e a qualidade de bens de consumo e de serviços e a defesa do ambiente.



## PROGRAMAÇÃO

Programa nº 21 - Preservação e Melhoria do Ambiente

### Objectivos:

- Implementação da política de intervenção nos domínios da defesa e conservação da natureza;
- Preservar a qualidade do ambiente;
- Coordenar, propôr, avaliar, colaborar, promover e acompanhar acções com incidência no ordenamento ambiental;
- Promover acções de divulgação e sensibilização da população em geral e em particular da população escolar para os problemas do ambiente;
- Investigação científica, inventariação e colaboração ao nível dos recursos naturais.

Dotação Global..... 860,0 mil contos

*Jose Guilherme Reis Lima*

## **Emigração**

A política de desenvolvimento económico e social não pode ignorar na sua formulação a secular corrente migratória que se dirige especialmente para o Novo Mundo e a existência de Comunidades Açorianas que são o maior apoio humano, vindo do exterior, com que o processo autonómico pode contar.

Decorridos doze anos de funcionamento da Administração Regional, existe já conhecimento suficiente das realidades comunitárias e toda uma experiência de relacionamento com as suas estruturas organizativas (associações, centros culturais, etc.) que permite fazer opções, dando seguimento às acções que entretanto se verificaram proveitosas, implementando outras que lhes são complementares, lançando novas iniciativas em áreas ainda não exploradas, mas de importância fundamental para o relacionamento que se pretende manter estreito e caloroso, à base cultural comum que se deseja preservar, à participação cívica e política que, no interesse das comunidades e dos Açores, é forçoso incentivar.

### **Objectivos:**

- Promover e apoiar formas de associação e relacionamento das comunidades açorianas no estrangeiro e destas com a residente conducentes ao estreitamento dos laços de cooperação política, económica e cultural, com vista à afirmação efectiva da açorianidade;
- Sensibilizar as comunidades para uma maior e mais empenhada participação cívica e política dos açorianos nas áreas de imigração, onde a sua implantação é, cada vez mais, uma efectiva realidade social e económica, de modo a preservar a sua identidade e defender os seus interesses;
- Assegurar ao candidato a emigrante uma esclarecida e adequada preparação que facilite a sua integração no país de destino;

*Jose Guilherme Reis Reis*

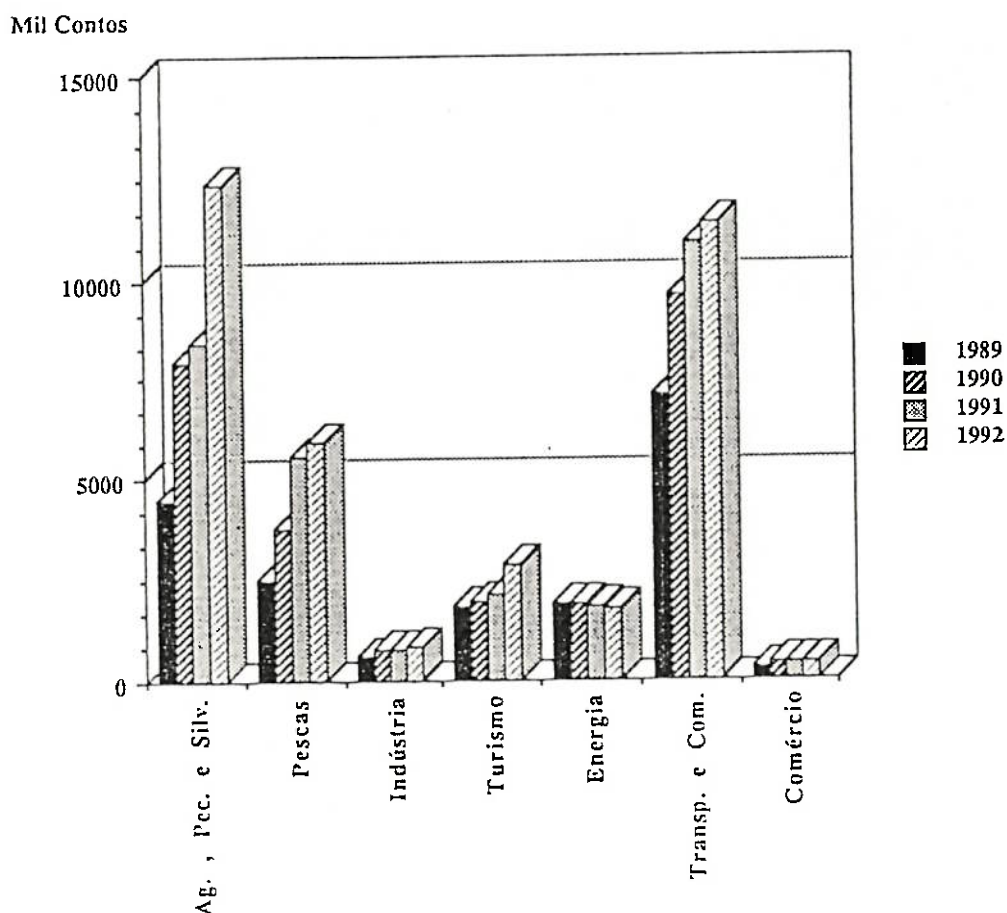
- Melhorar e diversificar os serviços a prestar aos açorianos radicados no estrangeiro pela afectação dos meios humanos e físicos apropriados.

Nota: As dotações deste sector encontram-se inscritas no orçamento de funcionamento.

*José Guilherme Pereira*

## 2. - SECTORES ECONÓMICOS

A grande aposta na modernização do aparelho produtivo, como via para o aumento da produção e do emprego, com melhoria da produtividade, traduz-se na afectação aos sectores económicos de 64,4% das verbas orçamentadas para o Plano do Médio Prazo 1989-92.



As infra-estruturas de Transportes e Comunicações, com mais de um terço da dotação dos sectores económicos, continuam a absorver recursos importantes, que no quadriénio serão maioritariamente canalizados para o programa "Rede Viária Regional".

*Jose Guilherme Reis*

O sector da Agricultura, Pecuária e Silvicultura absorverá no quadriénio 30% da dotação do sub-total, sendo de realçar a grande importância do programa "Desenvolvimento Agrícola".

No sector das Pescas há um único programa - "Desenvolvimento das Pescas" - com dotações anuais crescentes que correspondem a 15,8% do total atribuído aos sectores económicos. A este peso estrutural há a acrescer os montantes integrados no sector dos Transportes - Programa Portuário (nomeadamente a zona de pesca do porto da Praia da Vitória e os arranjos do porto da Madalena) que, por razões de operacionalidade ficam na responsabilidade da Secretaria Regional da Economia.

O sector do Turismo, cujo desenvolvimento é prioritário e foi objecto de um Programa Nacional de Interesse Comunitário, tem uma dotação correspondente a 8% do total dos sectores económicos.

Os sectores da Energia, da Indústria e do Comércio, com 6,8, 2,7 e 1,4%, respectivamente, da dotação do sub-total, englobam diversos programas que completam um conjunto de empreendimentos na área económica, cuja execução no período 1989-92 se traduzirá na aplicação de meios financeiros da ordem de 110,6 milhões de contos.

### **Agricultura, Pecuária e Silvicultura**

O actual contexto comunitário e a sua previsível evolução, o final da 1ª etapa do período de transição em 1991, o estabelecimento do mercado único em 1992 e a recente reforma dos fundos estruturais, possibilitando um maior acesso aos recursos financeiros por eles proporcionados, impõem uma clara opção pelo desenvolvimento dos sectores que na Região se apresentam com maiores possibilidades de competitividade face aos mercados exteriores.

Assim, a rápida modernização do sector primário açoriano, tendo em conta o objectivo de recuperação do atraso da Região relativamente ao resto da Comunidade, é uma das opções prioritárias da política governamental para os próximos anos.

Os grandes objectivos de política agrícola serão, a garantia da evolução favorável dos rendimentos dos agricultores, a criação de uma nova mentalidade na agricultura e de uma nova geração de agricultores, o aumento da qualidade, produtividade e diversificação da produção, e o aumento da competitividade da



produção regional.

Estes objectivos deverão ser atingidos através de uma correcta conjugação das medidas de política sócio-estrutural do âmbito regional, nacional e comunitário, com destaque, no âmbito comunitário, para a regulamentação que abrange medidas de carácter infra-estrutural, a modernização das explorações agrícolas, apoios directos aos rendimentos dos agricultores e à transformação e comercialização de produtos agrícolas.

A viabilidade dos objectivos apontados pressupõe o ajustamento e adaptação constante daquelas medidas tendo em conta as novas orientações comunitárias em matéria agrícola.

Estes grandes objectivos deverão compatibilizar-se com as perspectivas de evolução do sector. Estas serão fundamentalmente, a diminuição da população activa e alteração da sua estrutura etária, o aumento gradual da intervenção das organizações de produção e transformação em todos os sectores da actividade agrícola, a diversificação dos mercados de destino das nossas principais produções, a evolução da empresa agrícola para o tipo de exploração mista e a consolidação da posição da Região como uma das principais zonas produtoras de leite a nível nacional.

O aumento da importância da actividade agrícola em "part-time", destinada ao abastecimento local de produtos frescos, induzido pela expansão do consumo decorrente do aumento da população flutuante, e a articulação das medidas de desenvolvimento agrário com as medidas de protecção do ambiente e do meio rural, serão também áreas a ter em conta e a necessitarem acções concretas para o seu desenvolvimento.

A política na área dos recursos florestais centrar-se-á nas questões que se prendem com a defesa e expansão da área florestal, procurando obter aumentos da produção unitária, através de uma melhor gestão e condução técnica dos recursos, com o fomento da reconversão e protecção florestal, e com o aumento e conservação de caminhos de acesso às explorações agro-silvo-pecuárias.

Para serem plenamente conseguidos estes objectivos, as principais áreas de intervenção deverão ser a investigação, formação e divulgação, a par da melhoria no abastecimento de factores de produção, aceleração na transferência de serviços para os sectores privados e cooperativo e





estruturação fundiária.

A melhoria das infra-estruturas de apoio à actividade agrícola, em estreita colaboração com a Administração Local, o aumento do investimento nas explorações agrícolas e empresas transformadoras e as ajudas directas aos rendimentos, destinadas a compensar os produtores das desvantagens decorrentes da insularidade e a preservar o espaço rural, serão também áreas prioritárias de intervenção.

Finalmente, no domínio da transformação e comercialização dos produtos agrícolas, a política sectorial delineada abarcará a área da comercialização de gado vivo, a modernização das estruturas de abate, a modernização e expansão do sector leite-lacticínios, o apoio ao investimento privado, o desenvolvimento de acções de marketing e divulgação das principais produções, para além da satisfação de compromissos no âmbito da regulamentação comunitária.

## PROGRAMAÇÃO

### Programa nº 22 - Desenvolvimento Agrícola

#### Objectivos:

- Realização de planos sistemáticos de formação profissional agrícola;
- Reforço das acções tendentes a uma melhor organização institucional da produção;
- Garantir a evolução favorável dos rendimentos dos agricultores;
- Promover o aumento da qualidade, produtividade e competitividade da produção regional.

Dotação Global..... 28 451,0 mil contos



Programa nº 23 - Desenvolvimento, Protecção e Gestão dos Recursos Florestais

Objectivos:

- Melhor aproveitamento dos solos, mediante um ordenamento florestal mais racional;
- Aumento da produção de material lenhoso e melhoria da sua qualidade;
- Aproveitamento das potencialidades do sector para parques de recreio.

Dotação Global..... 1 368,0 mil contos

Programa nº 24 - Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas

Objectivos:

- Modernização das estruturas de abate;
- Apoio à comercialização de gado vivo;
- Modernização do sector de lacticínios, apoiando a construção de novas unidades;
- Aumento do investimento privado no sector;
- Adaptação das estruturas regionais aos mecanismos de intervenção comunitários.

Dotação Global..... 3 431,0 mil contos

*Jose Guilherme Pereira*

## Pescas

Uma das principais prioridades definidas no quadro dos objectivos gerais fixados é o desenvolvimento acelerado do sector das pescas, reforçando o seu peso na economia regional. A politica a prosseguir terá de se adaptar à evolução das directrizes comunitárias para o sector, não obstante a necessidade da Região defender uma actuação própria de aumento de produção.

A política sectorial compreenderá três grandes domínios, num contexto de abordagem global à problemática do desenvolvimento do sector. Um primeiro vector de actuação compreenderá a implementação de acções diversas no domínio da investigação e experimentação, com vista a uma maior capacidade de conservação e gestão dos recursos. O desejável aumento e diversificação das capturas, passará, por um lado, pela execução de acções diversas no campo da divulgação e formação profissional dos pescadores, com enfoque nesta última área, e, por outro lado, pela condução de uma política de expansão e modernização aceleradas da frota de pesca, através de esquemas de incentivos. Para um aumento efectivo da competitividade no sector, serão implementadas diversas medidas, donde se destacam o aumento da capacidade da rede de frio, o melhoramento e expansão da rede de portos de pesca regionais e a implementação de novos sistemas de apoio às áreas da indústria, comercialização e marketing de produtos da pesca transformados.

## PROGRAMAÇÃO

Programa nº 25 - Desenvolvimento das Pescas

### Objectivos:

- Aumento da importância do sector no contexto da economia regional;

*Jose Guilherme Reis*

- Aumento da capacidade regional em matéria de gestão e conservação dos recursos biológicos marinhos ;
- Garantia da evolução favorável dos rendimentos dos produtores;
- Diversificação e aumento das áreas de formação profissional;
- Aumento da competitividade do sector na área da transformação.

Dotação Global..... 17 450,0 mil contos



## Indústria

Considera-se que o sector da indústria transformadora, mesmo com exclusão das indústrias não alimentares, pode desempenhar um papel importante na diversificação do tecido industrial e na realização do objectivo de criação de emprego.

A política a prosseguir assentará no princípio de que a iniciativa privada é o motor de desenvolvimento, cabendo aos poderes públicos o papel de incentivador e de enquadramento favorável à sua dinamização, eliminando estrangulamentos, e atenuando insuficiências. Procurar-se-á fomentar o investimento no sector, valorizar os recursos humanos e naturais. A modernização e desenvolvimento do tecido industrial, através da melhoria da produtividade e qualidade dos produtos, será outro dos eixos fundamentais da política sectorial. Paralelamente serão desenvolvidas acções conducentes ao aparecimento de novas actividades e produções, potenciando sinergeticamente a actual estrutura produtiva, visando complementarmente a sua diversificação.

## PROGAMAÇÃO

### Programa nº 26- Incentivos ao Investimento Produtivo

#### Objectivo:

- Estimular o investimento industrial, através da :

- . Concessão de incentivos financeiros directos a projectos de investimento, visando a criação de novas empresas e a expansão das existentes, em consonância com a modernização e inovação tecnológica da indústria e a criação e manutenção de empregos;
- . Construção de parques e zonas destinadas ao exercício de

*Jose Guilherme Reis*

actividades industriais, possibilitando, por um lado, minorar custos iniciais de instalação e, por outro lado, contribuir para um melhor ordenamento do território;

- . Captação e motivação de investidores nacionais e estrangeiros, sensibilizando-os para a promoção de projectos de investimento na Região.

Dotação Global..... 2 380,0 mil contos

**Programa nº 27 - Melhoria da Competitividade e Qualidade**

**Objectivo:**

- Melhoria da competitividade e qualidade na indústria, através do :
  - . Aperfeiçoamento tecnológico da produção;
  - . Introdução de sistemas integrados de qualidade;
  - . Formação especializada nas áreas de gestão, marketing, tecnologia e organização industrial;
  - . Desenvolvimento e reestruturação de empresas e sectores?

Dotação Global..... 410,0 mil contos

**Programa nº 28- Fomento do Artesanato**

**Objectivo:**

Apoio ao desenvolvimento das actividades artesanais, na preservação do genuíno, no avanço tecnológico (inovação), na divulgação de aspectos culturais próprios, procurando lateralmente criar e manter postos de trabalho em áreas essencialmente rurais.

Dotação Global..... 210,0 mil contos



## Turismo

No âmbito da estratégia de desenvolvimento definida é atribuído ao sector do turismo um papel especial, no sentido deste vir a integrar o núcleo forte da economia regional. Com esta finalidade, como já referido, foi aprovado pela Comunidade um documento que consubstancia a estratégia e as acções prioritárias, em ordem a se preparar convenientemente o sector para o novo quadro de exigências, próprio duma área de actividade dinâmica, fornecedora de serviços de qualidade.

A política sectorial a prosseguir procurará dar resposta a uma procura que se prevê acrescida, no plano de uma oferta racional e eficazmente estruturada, com vista a propiciar a existência de uma indústria turística competitiva, e uma oferta diversificada que permita aumentar a estada média do turista, maximizando o nível de despesas deste na Região. A tradução prática desta política terá como pressupostos a defesa e valorização da genuidade do património cultural, nas suas diversas vertentes, e a protecção do meio ambiente, implementando-se medidas de política conducentes ao aumento da capacidade de alojamento na Região, quer a nível de estabelecimentos hoteleiros, quer em meios complementares; o aumento, diversificação e melhoria qualitativa dos estabelecimentos similares dos hoteleiros; a criação de equipamentos complementares, designadamente na área do acolhimento e da animação turístico-desportiva, com vista à atracção e permanência do visitante em todas as épocas do ano; a mobilização dos recursos culturais, numa perspectiva de aproveitamento turístico; a defesa e promoção da qualidade da oferta turística; a promoção e divulgação do destino Açores, de forma a se intensificar e diversificar os fluxos turísticos.



## PROGRAMAÇÃO

### Programa nº 29- Apoio à Actividade Turística

#### Objectivos:

- Aumento da capacidade e diversificação do equipamento turístico;
- Consolidação, viabilização e ampliação de empreendimentos de imediata relevância turística;
- Aperfeiçoamento do nível de qualidade do serviço turístico oferecido;
- Crescimento progressivo e ordenado da actividade turística;
- Enriquecimento das actividades de animação;
- Valorização e criação de estruturas físicas;
- Valorização dos recursos turísticos naturais e culturais.

Dotação Global..... 7 585,0 mil contos

### Programa nº 30 - Divulgação, Promoção e Animação

#### Objectivos:

- Aquisição e produção de material informativo;
- Divulgação da imagem dos Açores como destino turístico;
- Realização de campanhas de divulgação e sensibilização para o fenómeno turístico.

Dotação Global..... 1 280,0 mil contos



*Jose Guilherme Reis Reis*

## **Energia**

A energia, enquanto infra-estrutura fundamental para a actividade económica e elemento primário para o bem-estar das populações, tem constituído pontualmente factor de bloqueio à expansão e modernização da actividade económica, desencorajando iniciativas empresariais diversas, além de agente de dependência externa.

Tendo como preocupação global a preparação do sector para o impacte do Mercado Único Europeu, em geral, e o Mercado Interno da Energia, em particular, será promovida uma abordagem integrada ao sector energético, dedicando especial atenção ao lado da procura. Assim a política sectorial a prosseguir incidirá no aumento da eficiência do consumo em todos os sectores utilizadores, na conversão e na produção, reduzindo os actuais padrões de consumo por unidade de riqueza criada. A diversificação das fontes de energia primária, ultrapassando situações de ruptura e minimizando os efeitos de flutuações conjunturais de preços, através nomeadamente do aproveitamento dos recursos energéticos locais, tendo em conta a economia global do sector e o impacte ambiental, constituirá outro dos vectores principais de actuação. Procurar-se-á igualmente aproximar a qualidade da electricidade vendida aos padrões europeus.

### **PROGRAMAÇÃO**

**Programa nº 31 - Apoio ao sector Energético**

#### **Objectivos:**

- Garantir ao consumidor final um preço da electricidade compatível com os objectivos de politica económica e social;
- Aumento da eficiência no consumo de energia;
- Diversificação das fontes primárias de energia;

*Jose Guilherme Pereira*

- Melhoria da qualidade da electricidade vendida;
- Preparar o sector para o Mercado Único e o Mercado Interno da Energia.

Dotação Global..... 7 480,0 mil contos